



[Handwritten signature]

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

N.º 1/2021/AM

DATA: Vigésimo quarto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.---

HORA: Vinte horas e dezassete minutos.-----

LOCAL: Centro Cultural de Macieira de Cambra.-----

O PRESIDENTE: Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP);-----

1º SECRETÁRIO: Nuno Miguel Pinheiro da Costa (CDS/PP);-----

2º SECRETÁRIO: Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Filomena Maria Soares de Almeida Moreira (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Albano de Oliveira Braga (Independente);-----

- Deputada Municipal, Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Hugo Martins Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP); por
videoconferência-----

- Deputada Municipal, Sara Campos Bastos (CDS/PP); por videoconferência-----

- Deputado Municipal, Diogo Filipe Tavares de Bastos (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Ricardo Jorge da Costa Oliveira (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida (PSD); por

2021.02.24

videoconferência-----

- Deputado Municipal, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz (PSD); por

videoconferência-----

- Deputado Municipal, António Santos Sousa (PSD); por videoconferência-----

- Deputado Municipal, João Pedro Henriques da Silva (PSD)-----

- Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida (PS);-----

- Deputada Municipal, Ana Maria da Silva (PS);-----

- Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);---

- Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos
(CDS/PP); por videoconferência-----

- Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira,
(CDS/PP);-----

- João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra
(PS);-----

- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge
(CDS/PP);-----

- Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de
Castelões (CDS/PP);-----

-Cristina Maria Vasconcelos Quintas, em representação do Senhor Presidente da
União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP).-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro,

alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve em representação da

Câmara Municipal, o seu Presidente, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva.

Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência: António

Alberto Almeida de Matos Gomes, Daniela Sofia Paiva da Silva, por

videoconferência, e José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho e ainda os

vereadores em regime de não permanência: José Pedro Vieira de Almeida e

Nelson da Silva Martins.-----



2021.02.24

ATA N.º 1/2021/AM

FL N.º 112

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:-----

ORDEM DE TRABALHOS DA SESSÃO:-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

- a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal; -----
- b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 25 de setembro de 2020; -----
- c) Aprovação da ata da sessão ordinária de 26 de novembro de 2020;-----
- d) Aprovação da ata da sessão extraordinária de 3 de dezembro de 2020; -----
- e) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações (RJAL). -----
2. Contratos Interadministrativos com as freguesias de Arões, Rôge e Cepelos (Reunião de 29/12/2020);-----
3. Mapa Fluxos de Caixa (Reunião de 26/01/2021); -----
4. Alteração Orçamental modificativa (Reunião de 26/01/2021); -----
5. Proposta de isenção de pagamento de Taxa de Estacionamento de Duração Limitada à superfície (Reunião de 02/02/2021); -----
6. Locação Financeira de Veículos Elétricos (Reunião de 09/02/2021);-----
7. Regulamento de apoio aos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra (Reunião de 09/02/2021)-----

- Período de intervenção do Público de harmonia com o número 1 da artigo 49.º do anexo I, da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

-Aprovação da minuta da ata da sessão.-----

2021.02.24

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, declarou abertos os trabalhos da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2021, às 20h17, com a participação presencial e por videoconferência a partir do Centro Cultural de Macieira de Cambra. Estando presentes 27 membros da Assembleia Municipal e Presidentes das Juntas de Freguesia e, também, estando parte da Assembleia reunida presencialmente, estarem a ser observadas as normas sanitárias e as regras de ocupação do espaço pugnadas pela Direção Geral de Saúde.-----

Cumprimentou os presentes e os que acompanham, dos seus domicílios, por videoconferência. Pela primeira vez no concelho a sessão está a ser transmitida on line, para o exterior, também assim se assegurando a publicidade a que legalmente somos obrigados a dar cumprimento.-----

Em nome de todos saudou de modo particular as pessoas que acompanham a partir dos domicílios, agradeceu e desejou que a experiência fosse gratificante e induza à presença em futuras sessões. A transmissão em direto da sessão em nada contende com a tutela da imagem ou qualquer outro direito, não obstante e sem conceder qualquer dos senhores Deputados Municipais que porventura não pretenda ser visionado, agradeço que dê conhecimento desse facto à Mesa, para dar essas instruções a quem está a fazer a produção e reprodução para o exterior.-----

Uma última nota, como sempre, e hoje com particular pertinência, vamos tentar ser criteriosos na distribuição dos tempos e, de acordo com o Regimento Municipal e a própria lei; e nessa medida solicitou aos Senhores Membros da Assembleia Municipal que, sempre que pretendam intervir façam a inscrição logo após a apresentação do assunto, isto para permitir uma distribuição mais equitativa do tempo e de modo a que ninguém fique impedido de expor as suas ideias/opiniões.-----



2021.02.24

ATA N.º 1/2021/AM

Fl. N.º 113

Handwritten signature

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, começou por apresentar a alínea a) e, nos termos do disposto no artigo 19º do Regimento da Assembleia Municipal, deu conta, sobretudo para quem não esteve presente, de uma reunião de trabalho efetuada com a Equipa de Revisão do PDM, neste Centro Cultural, no dia 4 de fevereiro de 2021, onde se discutiu o procedimento e foram auscultadas as opiniões dos membros da Assembleia Municipal acerca desse processo. Foi uma reunião profícua e, naturalmente outras se seguirão.-----

Deu conta também de que pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra foi dado conhecimento da sua prestação de contas referente ao ano de 2019, documento que ficará à disposição dos Senhores Deputados Municipais.-----

Chamou ainda à atenção para a consulta pública do Plano de Recuperação e Resiliência que é de aplicação nacional e com um período de execução até 2026; é um documento do Governo que está em consulta pública e afeta todo o espaço do território nacional, portanto também o Concelho de Vale de Cambra e, nessa medida solicitou a atenção dos Senhores Deputados Municipais para o efeito e, se porventura entenderem, para a participação nessa discussão pública.-----

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 25 de setembro de 2020;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, informou da necessidade de correção do local da sessão está erradamente mencionado o Salão Nobre dos Paços do Concelho e não foi, teve lugar no Centro Cultural de Macieira de Cambra, alteração a que os serviços procederão independentemente de outras que alguém queira fazer chegar, para o que abriu a discussão.-----

2021.02.24

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga**, que cumprimentou os presentes. Em relação à aprovação da ata referiu que a mesma já estava agendada na anterior sessão da Assembleia Municipal e, porque tinha uma série de imprecisões e erros, foi remetida nova ata, esta sem numeração das folhas, o que dificulta o trabalho dos membros. Tem algumas sugestões, inclusive que terá afirmado que o Dr. Adriano Moreira estaria morto, mas terá sido erro de quem fez a ata. Isso é inqualificável e inadmissível. Portanto, ou o Senhor vê as alterações que apresentou, mais ou menos 10. Em relação à intervenção do público, há uma intervenção do Senhor Carlos Firmino que pretende que seja inserida porque foi omitida. Sugeriu que a Mesa verifique as suas alterações.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, agradeceu os contributos e informou que a Mesa se verificar que as alterações corresponderem ao que consta da gravação, obviamente serão aceites e serão inseridas na ata. Todos reconheceram que a ata em causa padecia de inúmeras falhas e por isso foi retirada da anterior sessão. Mesmo o texto que refere quanto à intervenção do público, se traduzir aquilo que foi dito, será alterado.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, informou que fará um apontamento das suas observações e fará chegar ao Secretariado da Assembleia Municipal.-----

Mais informou que fez a sua numeração ao documento e, na folha 30, intervenção do público, acrescentaria a alínea a) “mais disse, a intervenção do Deputado José Soares, que os gerentes ou administradores ou sociedades não são os beneficiários, são os responsáveis pelos atos das sociedades.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, questionou se mais alguém teria contributos para a ata de 25 de setembro,



2021.02.24

ATA Nº 11/2021 / A.M.

Fl. Nº 114

(Handwritten signature)

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não havendo mais pedidos de intervenção passou à votação da mesma.-----

A **Assembleia Municipal** deliberou por maioria de 22 votos a favor e 5 abstenções, dos deputados municipais António Augusto de Pinho Soares de Almeida, António Santos Sousa, Albino Luís Soares de Almeida, Ana Maria da Silva e Cristina Maria Vasconcelos Quintas, aprovar a ata da sessão ordinária de 25 de setembro de 2020, com as alterações propostas.-----

Os Deputados Municipais António Augusto de Pinho Soares de Almeida e António Santos Sousa, afirmaram abster-se por não terem estado presentes na sessão em causa.-----

c) Aprovação da ata da sessão ordinária de 26 de novembro de 2020;-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, informou que se passaria ao debate sobre a ata de 26 de novembro, mas, antes disso deixou uma nota sobre a mesma, referindo que, na página 63, a redação corrigida, porque é o que corresponde com os registos, “a Assembleia deliberou por maioria de 24 votas a favor e uma abstenção retificar a sua deliberação de 29 de junho de 2020, nos termos e com os fundamentos das informações técnicas substituindo o período de 6 meses, por um período de 21 meses, correspondente a igual período considerado para o procedimento de revisão do PDM.” Na ata que foi distribuída não era exatamente isso que constava mas esta será a informação que ficará em conformidade com o que se passou e com as informações prestadas.-----

Questionou ainda se alguém pretendia intervir.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida**, cumprimentou os presentes e os que acompanham a sessão nas suas casas. Referiu ter algumas alterações de pormenor, em algumas afirmações por si proferidas e que entregará ao secretariado para proceder, caso

se confirme que o que pretende alterar. Serão alterações muito simples, uma vez que, na sua opinião a ata está bem elaborada; na página 59, após uma intervenção do Senhor Deputado Albano Braga, na ata consta que reentrou na sala, isto já teria acontecido numa sessão anterior, e já terá alertado para o facto, pode ficar a ideia de que se ausentou propositadamente para não ouvir a intervenção do Deputado Albano Braga, mas não terá sido isso que aconteceu, a ausência foi breve e gostaria de as ouvir todas pois, concordando ou não com estas intervenções, tem o maior respeito pelas intervenções de todos os colegas. Entregará então, ao secretariado, as 3 ou 4 anotações que não alterarão em nada o espírito de redação da ata.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, informou que lhe tinham feito chegar informação que, na página 34, haverá um lapso de escrita, onde consta “tratava-se sim do cumprimento de algumas normas e alguns parâmetros que as empresas”, tinha depois parêntesis com reticências, seria as empresas que lançam águas residuais; a sugestão seria acrescentar “que lançam” em substituição das reticências.-----

Também na página 35, onde refere que o governo vai duplicar a taxa de gestão de resíduos com o objetivo de desviar a taxa imputada aos resíduos, obviamente que há uma incorreção de português e deverá ficar: o governo vai duplicar a taxa de gestão de resíduos com o objetivo de desviar os resíduos. Ficará mais claro.---

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, referiu que na página 16 consta, “os interesses dos promotores são legítimos mas as explicações, ponto final”; a frase não fará qualquer sentido e solicitou que fosse retirada.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, agradeceu e informou que será retirada a frase. Questionou ainda se alguém pretendia intervir sobre a ata em análise. Uma vez que não se verificou



2021.02.24

ATA N.º 1/2021/AM

FL N.º 115

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais pedidos de palavra, passou então à votação.-----

A **Assembleia Municipal** deliberou por maioria de 21 votos a favor e 6 abstenções, dos deputados municipais António Augusto de Pinho Soares de Almeida, António Santos Sousa, Cristina Maria Vasconcelos Quintas, Nelson Fernandes de Almeida, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz e José do Nascimento Peres, aprovar a ata da sessão ordinária de 26 de novembro de 2020.-----

d) Aprovação da ata da sessão extraordinária de 3 de dezembro de 2020;-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, abriu o debate.-----

O **Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga**, referiu que na página 26, sobre a sua declaração de voto, documento entregue no final da sessão, a declaração de voto era referente aos pontos 3 a 9, nessa página 26 não consta que disse que o Senhor Presidente da União de Freguesias vota a favor; na página 35, numa afirmação do Senhor Presidente da Câmara, consta “iniciou por dizer”, deverá ser “começou”; na página 40, relativamente à sua declaração de voto, no acordo de transferência de recursos do Município para a Freguesia de Arões, consta que o Presidente da Freguesia de Macieira de Cambra vota a favor, o que não fará sentido nenhum, seria o Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Arménio Lige e colocar o Presidente da Junta de Macieira de Cambra no ponto referente à sua Freguesia, conforme declaração de voto que fez no final.-----

Acrescentou ainda que na discussão do ponto referente à Freguesia de Macieira, na página 44, acrescentar no final da sua declaração de voto, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra votou a favor.-----

O **Senhor Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias**, referiu não ler as atas exaustivamente mas, quando considera que houve intervenções que não terão

2021.02.24

sido as mais adequadas, dedica-lhes particular atenção. Na ata em questão, na página 22, no 2º parágrafo, o Deputado Albano Braga, faz uma insinuação analisando friamente, em termos racionais, que o ato de gestão ficaria mais barato à Câmara, entregar o serviço à empresa RRI; terá ficado com a ideia, quando a afirmação foi proferida, que este terá dito que o Senhor Presidente já fez à sua empresa, aos seus amigos da RRI; portanto, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia, o favor de mandar ouvir de novo a respetiva gravação e, se se confirmar o que foi dito, colocar na ata, se não se confirmar, retirará o que disse e pedirá desculpa ao Deputado Albano Braga.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, afirmou que será de novo ouvida a gravação e o que lá constar ficará em ata.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, em resposta ao Senhor Deputado Henrique Dias, solicitou permissão para ouvir a gravação da sessão para que fique claramente transcrito na ata.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, colocou a ata a votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 24 votos a favor e 4 abstenções, dos deputados municipais António Augusto de Pinho Soares de Almeida, António Santos Sousa, Cristina Maria Vasconcelos Quintas e Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz, aprovar a ata da sessão extraordinária de 03 de dezembro de 2020.-----

e) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, solicitou aos interessados em intervir que façam a respetiva inscrição com



2021.02.24

ATA N.º 112021/AM

FL. N.º 126

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a maior brevidade.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida**, cumprimentou os presentes, os membros que se encontravam em videoconferência e aqueles que encontravam a assistir on line. Informou que fez chegar à Mesa um Voto de Pesar à Senhora Ilda de Pinho, irmã do Senhor Deputado e líder de bancada, António Augusto.-----

Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimento sobre a Casa da Broa de Paraduça, dado que no site da empresa, existe uma comunicação a informar que a obra estará a correr bem e que brevemente darão notícias. Julga que a obra terá sido adjudicada em agosto de 2019 e que ficaria pronta em fevereiro ou março de 2020, estando em 2021, como se encontra a obra?-----

Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara acerca do plano de vacinação em Vale de Cambra; segundo entendeu o ACES determinou um espaço em S. João da Madeira que será para os Concelhos de Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e o próprio concelho de S. J. Madeira; a Câmara estará e bem, a tentar melhorar o fluxo e dará apoio sobretudo no transporte de pessoas. Questionou como ocorreu esta situação verificando-se a necessidade de percorrer por vezes 35km, só de ida, em alguns pontos do Concelho; de que forma decorrerá a logística de transporte se chamarem 40 ou 60 pessoas para serem vacinadas no mesmo dia. Uma outra questão tem a ver com o facto de em Julho do ano anterior o ACES ter passado para Vale de Cambra uma área dedicada à Covid, localizada no Centro de Saúde; é quase uma controvérsia, existiu um centro covid em Vale de Cambra e poderiam essas instalações ser disponibilizadas para a vacinação. Seria outro conforto para as pessoas serem vacinadas na sua área de residência.-----

O **Senhor Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias**, leu a sua apresentação que se transcreve:-----

2021.02.24

«» PRR – PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA-----

Muito se tem falado nos últimos dias sobre aquilo que o senhor Primeiro Ministro apelidou de »BAZUCA EUROPEIA« tendo sido escolhido um outro Senhor Costa para desenhar as linhas orientadoras deste plano que eu vou chamar à minha maneira de PLANO DE SALVAÇÃO NACIONAL.-----

Todos sabemos que o valor em questão são 13,9 mil milhões de euros dos quais sabemos também que às empresas serão destinados 4,6 mil milhões ...-----

Há portanto uma predominância do investimento público ... cerca de 10 mil milhões.-----

Acreditamos que as autarquias, pelo factor proximidade, podem rentabilizar mais os dinheiros públicos, venham a ter no futuro próximo uma fatia considerável dos quase 10 mil milhões.-----

• Será pois legítimo perguntar ao executivo em funções se estamos preparados com ideias e projectos que possam estar enquadrados no âmbito das áreas contempladas por forma que o nosso concelho possa estar na linha da frente e daí colher os benefícios que possam minimizar o flagelo que é o despovoamento do interior.-----

É sabido que a discriminação dos fundos serão: 1. 61% para o chamado eixo de resiliência 2. 21 % para a transição climática 3. 18 % para a transição digital.-----

• É pois importante questionar o executivo se Vale de Cambra está identificada com estes 3 sectores e tem o seu planeamento ajustado no sentido de poder de forma transversal a todo o concelho colher os benefícios desta » bazuca«...-----

Apesar do assunto ainda estar em discussão publica, há uma área onde claramente o Governo já mostrou abertura para fazer reformas, talvez pela existência da pandemia e suas consequências para a saúde pública...-----

Refiro-me ao SNS onde o governo pretende fazer investimentos que permitam a um Centro de Saúde ou Unidade de Saúde Familiar responder a mais problemas dos cidadãos...-----



2021.02.24

ATA Nº 1/2021/AM

Fl. Nº 007

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também aqui questiono e alerto o executivo que talvez seja o momento de exercermos a pressão necessária para que o nosso Centro de Saúde e as unidades de saúde familiar desempenhem as funções com mais proximidade e de forma mais eficaz, evitando-se desse modo as aglomerações junto de hospitais centrais.-----

De uma coisa já todos temos a certeza , as associações empresariais e os sindicatos já estão no terreno e lançam críticas severas, pelo que as autarquias não podem ficar em silêncio à espera das esmolas...-----

► MEDIDAS COVID VALE DE CAMBRA-----

Há cerca de um ano chegou a Portugal esta pandemia que tanta dor de cabeça tem dado às famílias e a todos os sectores de actividade económica em Portugal, na Europa e no Mundo.-----

Começo por felicitar o município pelo acompanhamento dado, que, dentro das suas limitações e competências, os munícipes reconhecem e agradecem.-----

Sabemos que abundam por aí muitos profetas da desgraça, mas esses nós sabemos entendê-los e no global, o executivo esteve atento às necessidades e às urgências, no individual e no colectivo...-----

É assim que deve ser em momentos de crise, onde todos temos soluções mas poucos materializamos o que por vezes um simples telefonema acrescenta na vida dos nossos concidadãos ...-----

Poderia citar aqui um sem número de acções que o executivo desenvolveu, mas o tempo limita-me e a grande maioria são do conhecimento dos munícipes, especialmente dos bem intencionados ...-----

Porém há algumas que será bom recordar para os menos atentos.-----

1. Plataforma de registo on-line de comércio industria e serviços, onde é criado e disponibilizado on-line tudo o que é feito em Vale de Cambra.-----
2. Isenção de tarifários de abastecimento de água, dos serviços de saneamento e resíduos, durante os estados de emergência, para privados, comércio serviços e

industria.-----

3. Suspensão de cobrança de rendas nos espaços municipais.-----

4. Linha de emergência social, destinada a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade. Articula problemas na aquisição de medicação e alimentos.-----

5. Instalação temporária de rectaguarda para idosos e alojamento de quarentena.

6. Refeição escolar em período de ausência de aulas presenciais-----

7. Oferta de WEBCAMS a agrupamento de escolas do búzio-----

8. Distribuição de máscaras à comunidade, Gel, Luvas e EPI às IPSS-----

Outras aqui poderia citar embora no meu modo de ver, apenas foi cumprido o dever de estar ao lado de quem mais necessita.-----

Porém e eis que surge a Vacina e eis que se abre mais uma janela de oportunidade para uma oposição, sem estratégia e sem rumo mas com aquele espírito de oportunidade populista, aqui dél rei que Vale de Cambra foi excluída de um centro de vacinação porque o presidente da Câmara é este e aquele sem capacidade para para exercer magistratura de influência e os nossos idosos lá terão que ir para S. João da Madeira ... Só faltou acrescentar que va chuva e ao vento»...-----

Agradeço ao sr. Presidente o favor de explicar a esta gente os factos, porque para tudo há regras, há planos e não é porque o PC é bonito ou feio, gordo ou magro que os planos são elaborados...-----

Finalmente queria aqui abordar uma questão que aqui foi posta numa outra Assembleia Municipal e que me envolvia enquanto Deputado Municipal e simultaneamente Membro dos corpos sociais de uma IPSS.-----

Um senhor deputado fez entrega em mão ao Senhor Presidente da Assembleia dos estatutos do CSPA.-----

O mesmo senhor questionou-me sobre o que eu iria fazer no dia seguinte.-----

Julgo ter sido claro nas minhas explicações.-----

Mas como o objectivo era bem distinto da minha presença na citada IPSS,



2021.02.24

ATA Nº 1/2021/AM

FL Nº 118

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

supostamente contrária aos estatutos, dois ilustres políticos em funções nos órgãos autárquicos resolveram questionar o senhor bispo sobre a tal ilegalidade.--

Lamento profundamente que até hoje nenhum desses cidadãos tenham tido a dignidade de trazer a público ou nesta assembleia ou nas redes sociais onde com tanta celeridade se dignaram comentar a tão desejada ilegalidade, qual a resposta que obtiveram do episcopado.....

Teria sido muito mais digno e civilizado terem tentado saber os ataques miseráveis e indignos de que foi alvo um jovem padre que tudo tem feito com transparência, verticalidade e dedicação em prol de uma freguesia envelhecida, muito rural e onde o xico espertismo de alguns não pode nunca inviabilizar qualquer projecto que vise manter viva a chama do humanismo solidário.....

Já agora dizer em jeito de conselho. Quando duas instituições de uma mesma freguesia entram em litigio, sem que se saiba onde está a razão (se razão existir), se o cidadão investido em funções autárquicas desejar intervir, deve fazê-lo como mediador e nunca como partidário nem que para isso tenha que penalizar os que lhe são mais próximos.....

Isto é revelador do caracter das pessoas ...

Uma nota final, não estou nada preocupado com as tão desejadas incompatibilidades, mas ficaria, sim, muito preocupado se fosse professor e fizesse política com os meus alunos, se fosse técnico na autarquia e tentasse criar entropias a algumas instituições ou serviços e ainda, se para atingir certos desígnios políticos me mascarasse com bandeiras de outras forças políticas ...”.....

O **Senhor Deputado Municipal, António Santos Sousa**, cumprimentou os presentes e afirmou pretender alertar, mais uma vez, para a segurança da estrada Luís Bernardo de Almeida, que faz a ligação à EN224, à Pena. Considera inadmissível que há tantos anos tenha alertado para a situação e que nada tenha sido feito. Inclusive, numa sessão anterior, solicitou que alguém da Câmara o

2021.02.24

acompanhasse para verificar no local a gravidade do que lá está e, até hoje, “ouvidos de mercador”.-----

Acrescentou ainda outra situação que tem alertado, o perigo que existe na serra de Algeriz, Furna e Pintalhos, um barril de pólvora; desconhece onde têm andado as máquinas a abrir caminhos, mas realça que na Furna, há caminhos, onde se passava de trator e agora não se passa nem a pé. No ano anterior os GIPS andaram a verificar o local e considerou que seria para solicitar aos proprietários para limpar os terrenos/matos, mas tal não aconteceu. Lastimável o estado dos matos em Algeriz, Furna, Perrinho e Pintalhos; se houver uma desgraça as pessoas que se lembrem que já foram alertadas. Voltou a disponibilizar-se para acompanhar quem pretender verificar o local.-----

Gostaria de obter uma resposta para estas situações. Frisou ainda um corrimão solto na Ponte das Cavadas, alerta que já fez noutras sessões e que constitui um perigo para quem lá passa.-----

O Senhor Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida, saudou todos os presentes e informou os serviços e o Senhor Presidente que fará chegar as suas intervenções, por escrito, ao Secretariado.-----

Afirmou expor as preocupações do grupo do PPD/PSD e, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

“Percebemos as dificuldades que V. Ex.^a iria ter relativamente à videoconferência. Era uma grande “curva”.-----

Competia-nos ser persistentes, competia-nos dar toda a força à nossa razão e decidimos ser permanentemente persistentes.-----

Tivemos de ativar todos os meios democráticos necessários para resolver o impasse criado.-----

Todos nós tivemos as nossas dificuldades, até V. Ex.^a.-----



2021.02.24

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lamentamos que, intencionalmente, se tenham levantado tantos obstáculos e se tenham perdido tantas oportunidades.-----

Desde 15 de maio de 2020 que tentávamos a solução que hoje dispomos.-----

Registamos a mudança de atitude e procedimento do Senhor Presidente da Assembleia Municipal facultando a possibilidade desta Assembleia e das futuras poderem ser feitas por videoconferência.-----

O nosso obrigado a todos que se empenharam para que tal sucedesse. Como em tudo, há vontades e vontades. As boas e as más. Hoje celebramos a vitória das boas vontades.-----

Bem haja. Agradeço registo na integra da minha intervenção.-----

Gestão Autárquica.-----

Relativamente ao momento e no que à gestão autárquica diz respeito, em Vale de Cambra pouca há para festejar. É mais do mesmo. O “centrão” come a periferia e o interior. A periferia e o interior são “canibalizados” nos gabinetes do PDM. A “especulação” cria interesses aberrantes e lesivos ao desenvolvimento integrado do Concelho. Revogam-se planos de pormenor, revê-se o PDM, criam-se Arus caprichosamente suportadas e assentes nos pilares dos revogados e nos pilares do “centrão”, sempre em prejuízo das periferias e do interior.-----

A máxima destas “vontades” reflete-se na resposta que o Senhor Presidente da Câmara deu à Deputada Municipal Ana Maria, a respeito da queixa que esta fazia relativamente ao traçado e ao estado das vias que servem a periferia e o interior.--

É esse o “momento”. O “momento” em que o Senhor Presidente da Câmara, na resposta, infirma a vontade e deixa a nu que não há estratégia nem vontade para a periferia e o interior.-----

Enquanto as grandes áreas metropolitanas e os concelhos periféricos tentam absorver ao máximo tudo o que possa valorizar económica e socialmente a

2021.02.24

coesão dos seus espaços, o nosso Presidente da Câmara mostra uma imensa dificuldade numas meras “curvas”. São as “curvas”, são estas “curvas” que separam o “centrão” da periferia e do interior. Razão têm os Senhores Presidentes de Junta quando reclamam mais e melhor, pois do “pior” já têm que chegar. A Câmara Municipal tem a obrigação de oferecer aos Senhores Presidentes de Junta os meios técnicos e orçamentais suportados em planos integrados de coesão social e territorial que considerem todo o Concelho.-----

A política do “centrão especulativo” deve ser expurgada. O novo PDM devia-o refletir. Mas não vai refletir. Nada disso vai acontecer. Tal como a periferia e o interior, está cheio de “curvas”.-----

O volume das ajudas que a Câmara tem vindo a dar aos autarcas da periferia e interior é muito menor do que o volume das necessidades dessas regiões. Era neste documento, no novo PDM, que se deveria imprimir a matriz da tão premente necessidade de coesão social, económica, territorial e cultural. Mas outros aproveitam-se das nossas fragilidades. Dos casos mais recentes, destaco o da Caixa de Crédito Agrícola, assunto debatido mas pouco esclarecido. Aliás, é mais uma “curva” das muitas que o Concelho tem e que tanto o têm prejudicado. Já é tempo do Senhor Presidente da Câmara acabar com as “curvas”.-----

A periferia e o interior devem ser, obrigatoriamente, objeto de um plano de resiliência e recuperação, o que só se consegue com a plena integração de todo o Concelho numa forte e “agressiva” estratégia de coesão económica, social, cultural e territorial. Os Presidentes de Junta, os seus executivos e a população que servem merecem mais e melhor. Se tudo continuar nas “curvas”, se o novo PDM não resolver este essencial, então e antecipadamente dedico-lhe um “novo hino/O hino do novo PDM” que obrigatoriamente deverá ter como letra e música da Balada de Manuel Freire, que numa das estrofes diz:-----

“Ei-los que partem-----



2021.02.24

ATA N.º 1/2021 I.A.M.

FL. N.º 120

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Novos e velhos-----

Buscam a sorte-----

Noutras paragens...”-----

Lamentavelmente, é o que tem vindo a acontecer. Para memória futura, aqui fica o nosso contributo, o contributo do PPD/PSD, de reflexão e de preocupação pelo Concelho de Vale de Cambra. Oxalá possa funcionar como um “grito de alerta” e que seja tido em conta por todos os que decidem por Vale de Cambra. Vale de Cambra merece mais e melhor.-----

Agradeço registo na integra da minha intervenção.-----

O Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida, informou que quando em 2013 a candidatura do CDS se apresentou ao eleitorado de Vale de Cambra e foi por ele escolhida para governar os destinos deste Concelho, tinha um desígnio fundamental “Fazer Crescer Vale de Cambra”; e, nesse sentido, adotou um conjunto de medidas estratégicas e económicas que promovessem e incentivassem esse crescimento e o desenvolvimento do Concelho. Reduziram-se drasticamente as taxas dos licenciamentos, reduziram-se os impostos municipais, alguns dos quais tributavam as empresas e as famílias nos limites máximos, manteve-se o preço dos bens públicos que já são dos mais baixos do Distrito e da Área Metropolitana do Porto, como seja, da água e do serviço de saneamento; promoveu-se uma forte contenção dos custos autárquicos, promoveram-se e melhoraram-se as condições para que as crianças pudessem ter acolhimento de forma a que as suas mães e os seus pais pudessem dedicar mais tempo aos seus empregos e muitas outras medidas. Foi este o grande desígnio e, à semelhança do que já tem feito, em anos anteriores, cumpre-lhe como Deputado desta Assembleia Municipal e como órgão fiscalizador da atividade municipal, com algumas estatísticas que recentemente foram publicadas, fazer mais uma vez o balanço sobre esse objetivo e saber se

2021.02.24

esse desiderato tem sido conseguido ou não. Irá apresentar bastantes números que poderiam tonar a apresentação fastidiosa mas são esses números da CCDRN e do INE que podem ilustrar e, no fundo, confirmar o que tem acontecido.-----

Em relação às estatísticas regionais da CCDRN, cujos valores mais recentes são os reportados ao ano de 2019, iniciou por expor o indicador regional do desemprego registado. Em 2013, quando esta candidatura e o Presidente da Câmara José Pinheiro assumiu funções, tinha uma taxa de 5,8%, essa taxa foi reduzida todos os anos e em 2019 era de 2,8%, que é menos de metade da taxa de partida. É a taxa mais baixa dos 17 Concelhos da AMP e, em toda a região Norte que abrange os Distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto e parte de Aveiro e de Viseu, é a terceira, só sendo superada por Ponte de Lima e Melgaço.-----

Relativamente aos beneficiários do subsídio de desemprego, em 2013, em Vale de Cambra eram 875, esse número foi sendo reduzido sucessivamente todos os anos, e em 2019 já era apenas de 540. Mas a coesão social também se consegue com aquelas pessoas que são um pouco marginalizadas da economia de uma sociedade; acrescentou que os beneficiários do Rendimento Social de Inserção era 268, em 2013, baixou para 209 em 2019. O emprego e este emprego existente e criado em Vale de Cambra, abrange naturalmente a população do Concelho e também população não residente em Vale de Cambra, que para aqui vem trabalhar, mas que também aqui gera riqueza, o emprego total em 2017 era de 8.517 pessoas, aumentando todos os anos, gradualmente e em 2019 era de 9.762; este aumento verificou-se quer na indústria quer no comércio, na indústria era de 5.016 em 2013, e passou para 5.687 em 2019, tendo crescido todos os anos, e no comércio passou de 1.198 postos de trabalho para 1.337.-----

O volume de negócios criado em Vale de Cambra passou de 696 milhões de



2021.02.24

ATA N.º 12027 / AM

FL. N.º 101

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros em 2013, para 820 milhões de euros em 2019, tendo apresentado crescimento todos estes anos. A indústria aumentou o seu volume de negócios de 2013 para 2019 de 489 milhões de euros para 571 milhões de euros e o comércio passou de 143 milhões de euros para 170 milhões de euros, o que também é um sinal de que o poder de compra das pessoas cá no Concelho terá melhorado e, por isso mesmo, terão recorrido ao comércio.-----

Para os que dizem que o turismo é marginalizado, afirmou que em relação às dormidas, nas estruturas hoteleiras do Concelho, passaram em 2014, de 12.522 por ano, para 17.557 em 2018, ano mais recente de que se dispõe estatísticas.----

Passando por outras áreas e também para avaliar o desenvolvimento do Concelho, esse desenvolvimento não se consegue sem educação e sem formação, referiu dados do anuário estatístico da região Norte do INE, cujos dados mais recentes disponíveis se reportam a 2018; a taxa bruta de pré-escolarização passou em 2013 de 106,7 para 110,9 em 2018; a taxa de escolarização do ensino básico, sofreu uma ligeira redução passou de 108,7 para 107,2; a taxa bruta de escolarização do ensino secundário subiu de 91,5 para 97,2; isto, naturalmente, também se deve àquilo que são os agentes da educação no Concelho, as pessoas que trabalham nas escolas, professores e corpo não docente e também à qualidade dos nossos alunos mas também às condições que são criadas, nomeadamente culturais. A taxa de conclusão ou transição no ensino secundário subiu de 82,8 para 89,4 em 2018, mostrando que o sucesso das pessoas que estão no ensino aumentou nestes anos.-----

O ganho médio mensal das pessoas do Concelho passou de 1.005,00€, por mês, em 2013, para 1.075,00€ em 2018. O que para si lhe parece mais importante será a convergência que se deu nos Concelhos onde este ganho é o mais elevado; Vale de Cambra é o 5º melhor Concelho da AMP, o Concelho com maior ganho médio, mensal, é o do Porto. Os 1.005,00€ que em 2013 haviam, representavam

77% daquele que era o maior ganho que era o do Porto; em 2018 já eram 80% daquele que era o maior ganho mensal.-----

O número de dias de subsídio de desemprego processados na Segurança Social baixou de 2013, de 174.783 para 94.660 em 2018.-----

Acrescentou serem estes os números que pretendia deixar, números de fontes credíveis, oficiais. Para terminar, apresentou dados relativos à resiliência da economia no Concelho, já em plena crise pandémica e que têm a ver com o aumento das exportações, do 3º trimestre de 2020, com o período homólogo de 2019, em que, no Concelho de Vale de Cambra, o crescimento foi de 16%, foi o maior crescimento da AMP onde os outros 16 Concelhos, quase todos, talvez com exclusão de Arouca e Lousada, têm estruturas industriais muito prósperas, robustas e competitivas; o desemprego, desde agosto que está a regredir em Vale de Cambra; até novembro que são os últimos dados disponíveis, está nos 433 postos de trabalho. Serão estes os números do ambiente económico e social do Concelho e, para isto, será necessário criar ao nível de política pública, um ambiente favorável ao desenvolvimento, que depende não só da Câmara Municipal mas também dos empresários, dos trabalhadores, dos professores, dos estudantes, de toda a comunidade social do Concelho. Isto será possível com trabalho, competência, dedicação e empenho. Dificilmente se fará com artigos publicados nos jornais ou nas redes sociais.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, começou por responder à intervenção do Senhor Deputado Henrique Dias, dizendo-lhe que vivemos num país democrático, não estando no dia 24 de abril de 1974. No que lhe diz respeito, de facto mandou um pedido de esclarecimento ao Senhor Bispo da Diocese de Viseu, e o Senhor Vigário Manuel Clemente mandou uma resposta, posteriormente enviou novo pedido jurídico para esclarecer situações/dúvidas mas até hoje o Senhor Bispo ou o Senhor Padre Clemente, seu



2021.02.24

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ajudante, nada disseram, devem andar muito ocupados. É legítimo qualquer Deputado Municipal, com educação, levantar questões pertinentes.-----

Relativamente à intervenção que estava preparada, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara os seus bons ofícios para trazer para Vale de Cambra um sítio onde se possa vacinar a população; a população está muito envelhecida e, pedir para ir de Arões ou de Junqueira para S. João da Madeira, fazer uma viagem de 40km, pessoas que já não têm mobilidade, referiu o caso da sua mãe, com 94 anos, receber uma mensagem para estar em São João da Madeira entre as 17h e as 18h é uma violência. Referiu também que o ACES de Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis vacina e S. João da Madeira vacina, Vale de Cambra não tem centro; o ACES Feira e Arouca vacinam nos dois concelhos.-----

Apresentou na última sessão da Assembleia um Voto de Pesar pela morte do professor Albano Tavares Carvalho, o Senhor Presidente deve ter-se esquecido e solicitou que o mesmo fosse posto a votação.-----

Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre um determinado número de obras em curso, o caso da Casa da Broa, o Parque de Auto-caravanas, a Casa da Tulha, a Estrada de Porto Novo, o Centro de Artes, em todos estes processos se nota que não há atuação, ninguém cumpre prazos, os prazos estão todos a derrapar; o Senhor Presidente fez um despacho relativamente a uma obra, a Casa da Felgueira, que é uma âncora no turismo, fez um despacho para a resolução do contrato com o empreiteiro; o que se passa em todas as obra é derrapagem de prazos, aumento de custos, os fiscais da Câmara ou os técnicos da Câmara a “assobiar para o lado”, ninguém faz relatórios e é preciso conhecer todas essas situações ao pormenor para esclarecer os Deputados Municipais enquanto fiscalizadores dos atos de gestão da Câmara e os valecambrenses que agora passam, felizmente, deu os parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia

2021.02.24

Municipal, pelas sessões da Assembleia Municipal estarem a ser vistas pelas pessoas nas suas casas.-----

Questionou o Senhor Vereador António Alberto sobre o estado da derrama de 2018, que ainda não estará resolvida nem explicada. Questionou se já recebeu o dinheiro todo relativamente à derrama de 2018 ou não.-----

Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o processo do Porto e Norte, em que o Senhor Presidente se encontra envolvido e quem são os seus advogados.-----

Quanto à intervenção do Deputado José Soares concordou com toda a sua apresentação, frisando somente que já existem os dados de desemprego de janeiro de 2021, e, tem referido, desde o início da pandemia, que em Vale de Cambra, felizmente as empresas não fecharam, houve alguns custos, o tecido social em janeiro de 2020 em relação a janeiro de 2021, houve um aumento de 56 desempregados, o que não é nada. Tudo o que o Senhor Deputado referiu é verdade.-----

Referiu também que a população de Vale de Cambra de 2010 a 2020 diminuiu quase 2000 pessoas; Tem vindo a referir ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores que felizmente o Concelho está pujante mas cada vez tem menos habitantes, dentro de 15 anos, talvez, haverão somente 15 mil pessoas, o que será muito mau. Não se deve fazer o choradinho do social, andar a dar cartões de crédito com 10 ou 20€ às pessoas ou os cabazes porque essas pessoas são casos recorrentes, não existem casos sociais. Já o afirmou e o Senhor Deputado José Soares deu-lhe razão, a única preocupação que se deve ter é a diminuição bruta da população, que poderá fazer com que Vale de Cambra seja agregado a outro Concelho. O Senhor Presidente da Câmara andar a fazer quase como propaganda, facto que já criticou, ouça as palavras do Deputado José Soares, do seu partido, ouça o que lhe tenho dito, não existem casos



2021.02.24

ATA N.º 1/2021/AM

FL. N.º 123

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sociais, não tem havido casas a fechar, não tem havido insolvências e a faturação tem aumentado. Estes dados positivos devem-se aos empreendedores, às empresas e não tanto às opções ou estratégias do Município. É às pessoas do Concelho que já existiam antes desta Câmara e dos seus antecessores. Há 40 ou 50 anos, os homens que construíram o Concelho, as empresas, que continuam as mesmas, estão pujantes e assim devem continuar.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, João Pedro Costa, cumprimentou os presentes e congratulou-se com a estrada Porto Novo, embora a mesma já esteja com o piso danificado a meio da reta, chamou a atenção para este facto. Também alertou para a Avenida Dr. António Fonseca, cuja reparação foi realizada pela empresa Paviageméis, as travessias foram compactadas e agora cederam e precisam de regularização do piso.-----

Questionou também o Senhor Presidente sobre saneamento, águas, qual o plano para a estrada de Lourosa, a estrada da Rua da Ponte de Algeriz, cuja pavimentação estava prometida para 2017, e a parte alta da Freguesia desde a Furna para cima que só tem iniciado até Santo Aleixo; qual a possibilidade e como está a situação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, agradeceu as intervenções e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às solicitações.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, saudou os presentes e afirmou tentar ser breve, sucinto e esclarecedor na sua intervenção.-----

Começou por responder ao Deputado Albino Almeida, quanto à Casa da Broa de Paraduça, esta está pronta mas, como acontece em muitas obras, o chão de madeira empolou e teve de ser corrigido, houve também uma infiltração que danificou algumas pinturas; também houve problemas com os termómetros dos

2021.02.24

fornos, que tinham a sonda mais curta do que o necessário e foi preciso que houvessem outros com sonda suficiente para chegar ao interior dos fornos; a Casa está pronta, logo que a situação pandémica o permita será aberta e posta em funcionamento.-----

Em relação ao plano de vacinação, irá tentar ser claro pois normalmente nestes momentos tenta-se criar cenários, confusão e algum ruído em torno desta questão. Na sala encontra-se uma pessoa que faz parte de uma equipa de vacinação que poderá intervir se o entender. Neste momento o ACES decidiu nesta primeira fase, e porque existem poucas vacinas, ter só um centro de vacinação, porque se houver três centros de vacinação serão necessárias, obviamente, três equipas de vacinação preparadas para o efeito; aquilo que foi montado é, numa primeira fase, um centro de vacinação; entretanto, em Vale de Cambra já foram vistoriados os locais e aguarda-se a validação da ARS Norte para se começar a montar o centro de vacinação e este arrancará quando existirem vacinas em quantidade, quando as equipas estiverem preparadas para o efeito; e, para ajudar a esta dificuldade de deslocação a Câmara Municipal disponibilizou ajuda em transporte, articulando com o ACES e com as equipas que fazem os contactos, nesta fase, com os idosos a vacinar, maiores de 80 anos e maiores de 50 com patologias crónicas; este transporte é disponibilizado sempre que solicitado via ACES.-----

De seguida, na sua opinião, o Deputado Albino Almeida terá incorrido num erro, Vale de Cambra continua a ter a área dedicada à ADR, continua a funcionar em Vale de Cambra e não seria pensável, nem desejável, nem exequível que existisse um espaço de vacinação numa ADR, como é óbvio; por isso, dizer que a ADR continua a funcionar, nesta fase, felizmente, num horário mais reduzido, das 14h às 20h e porque também, efetivamente, o número de casos reduziu substancialmente, chegamos a ter índices por 100 mil habitantes, na ordem dos



2021.02.24

ATA N.º 1/2021/AM

FL. N.º 124

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2000 casos, e, no dia 22, últimos números disponíveis, tínhamos 140 casos por 100 mil habitantes, isto significa que na última semana tivemos cerca de 20 casos, ou seja, neste momento a situação é bastante mais favorável e será bom que continue assim; continua a recomendar que as pessoas se protejam, numa forma muito responsável usem máscara na via pública, mas também que tenham cuidado em casa, porque muitos dos contágios são em contexto familiar e é importante que exista esse cuidado para que possamos de uma vez por todas pôr fim a esta pandemia e dar novamente vida a todos nós, dar vida ao nosso comércio, que está a passar uma situação difícil, fruto da obrigatoriedade de encerramento de portas e, assim sendo, a faturação cai para zero ou perto disso.-

Em relação à intervenção do Senhor Henrique Dias, o Plano de Recuperação e Resiliência trata-se de um documento extenso que analisa parte das verbas para a administração central, orientação de Bruxelas. Hoje, houve uma reunião da AMP e com uma equipa de consultores contratada para analisar esta questão, focando-se no Portugal 20/30. É opinião unânime que os Municípios devem ter um plano articulado e este será construído no seio da AMP, obviamente com o somatório daquilo que é o contributo e a vontade de cada um dos Municípios. A expectativa em relação ao plano é reduzida mas o que não significa que quando houver uma clarificação mais profunda sobre esta matéria, porque ainda está em fase de auscultação pública, em fase de discussão e de aceitação de sugestões; estamos e estaremos atentos como sempre naquilo que são os fundos comunitários. E, neste assunto, Vale de Cambra, felizmente, tem tido um pacote financeiro verdadeiramente bom para o Concelho, não tendo sido perdida nenhuma candidatura, existem obras em curso, o que custará a aceitar a algumas pessoas, e uma grande quantidade em milhões de execução. Por isso, acreditar que os próximos tempos ainda poderão trazer algumas boas notícias não só ao nível do plano de recuperação e resiliência mas também ao nível da reprogramação do Portugal 20-20 que apresenta taxas de execução muito baixas

2021.02.24

ao nível da Região Norte e da CCDRN, o que será transversal a todo o País e, provavelmente ocorrerá alguma reprogramação e aí os Municípios poderão num breve prazo ver alguns projetos contemplados e com algum financiamento.-----

Acrescentou ainda que o Deputado Henrique Dias referiu uma série de medidas que a Câmara Municipal tomou em relação à Covid-19 e, obviamente, esteve-se sempre na linha da frente porque existiram muitas dificuldades e muitos constrangimentos e só quem esteve no dia-a-dia, no terreno é que saberá o que se passou; muitas pessoas não terão noção do que se passou nas instituições, nas IPSS's, muitas delas, em determinada altura, com tecidos que tinham, fazer máscaras, não existia gel; depois começaram a surgir os casos positivos de Covid, lidar com estes casos sem a devida proteção era um drama, os contágios aconteciam e sucediam-se de uma forma brutal, as pessoas morriam, esta era a realidade e a Câmara Municipal esteve e ainda está na linha da frente, neste momento a dar apoio aos contactos de rastreio; o Senhor Coordenador do rastreio na zona Norte teceu rasgados elogios à Câmara Municipal de Vale de Cambra, aos profissionais que estiveram nesse trabalho difícilimo de fazer os rastreios dos casos de Covis, porque se há muita gente que é aberta e responde, há muitos que se escusam e refugiam no silêncio das suas casas. Um trabalho difícil e ingrato que na sessão aproveitou para agradecer às pessoas que desenvolveram esse trabalho e que foi reconhecido pela ARS Norte e pelo ACES.

Ao Senhor António Sousa desejou boa saúde e afirmou que a Câmara Municipal gostava de conseguir responder de forma célere a todas as solicitações; a Rua Luís Bernardo De Almeida não está esquecida; a questão dos caminhos florestais, não se recorda de o Deputado ter referido o assunto mas colocará a questão à Engenheira Florestal; de referir que nunca foram abertos e requalificados tantos caminhos florestais como nestes últimos anos; quanto à afirmação de que a GNR não faz nada, não comentará; e deixará a questão para a própria GNR



2021.02.24

ATA N.º 11/2021/AT

FL. N.º 125

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responder.-----

Para responder ao Senhor António Augusto e, na sua afirmação de que o “centrão come a periferia” não deve estar a referir-se a este executivo, provavelmente estaria a referir-se a outro episódio, a outro momento, porque e voltou a repetir, já foi Presidente de Junta e sempre lutou pelos interesses dos “fregueses”, e consegue, como Presidente de Câmara colocar-se no papel dos Presidentes de Junta e sentir o que são as suas dificuldades e preocupações; recordou que foi no tempo do PSD que se começou a cortar as verbas às Juntas de Freguesia. Recordou aos Deputados Municipais que muito recentemente se reforçaram as transferências para as Freguesias exatamente para contrariar o que estava a referir em termos de centrão. Por isso, não concordou com a afirmação. Reforçaram o papel e importância das Freguesias, dando-lhes meios para que possam desempenhar as suas funções e responder às solicitações dos munícipes. Relembrou também que a Câmara tem vindo a requalificar vias, a realizar obras estruturantes e estratégicas e que têm um plano associado para dar notoriedade ao interior, como por exemplo, o Centro Interpretativo da Serra da Freita, a Casa da Broa de Paraduça, a Praça de Junqueira em requalificação, a Cascata do Poço do Linho também vai sofrer uma intervenção e uma valorização, o centro de observação do Vale Mágico será também um espaço que terá financiamento e que terá uma mais valia para o interior do Concelho; no fundo, dizer que aquilo que foram as suas afirmações e acusações não se revê nelas e também não se revê quando afirma ser necessário acabar com as curvas e com as estradas estreitas; recordou que era Presidente de Junta desde 1989, na Freguesia de Codal, e curiosamente havia uma rua, cujo projeto de toponímia foi realizado por si, e, na Rua de Santiago, curiosamente o sítio mais estreito é exatamente onde o Senhor Deputado Municipal tem a sua residência e que foi o único que não concordou com o alargamento da via; portanto, será importante que se seja sério e que não se atirem pedras ao telhado do vizinho, quando o

2021.02.24

nosso telhado tem um vidro frágil e que se quebra com muita facilidade. Por isso recordar o Senhor Deputado, porque na altura era Presidente de Junta, muito jovem e ficou sentido por o Senhor Deputado não deixar alargar aquela rua, porque era uma rua para todos os munícipes da sua Freguesia.-----

Em relação à intervenção do Dr José Soares, agradeceu o seu contributo, números são números, evidências são evidências e obviamente estamos num Concelho de gente empreendedora, laboriosa, de gente que faz, que cria, que exporta, que cria riqueza; e, obviamente a indústria é a grande riqueza do Concelho, facto inquestionável que merece toda a atenção e que faz sentir enorme orgulho em ser Valecambrense.-----

Por fim, em resposta ao Senhor Deputado Albano Braga, o centro de vacinação está a ser tratado, pelo que sabe, Oliveira de Azeméis ainda não tem centro de vacinação, encontra-se a transmitir o que foi reportado pelo ACES. Em relação às obras, enumerou uma série delas e poderia ter enumerado mais que se encontram neste momento em curso no Concelho; referiu uma realidade verificada na construção, há falta de mão de obra, as empresas não têm capacidade de resposta, assumem muitas vezes compromissos que não cumprem e a tendência é de imputar responsabilidades à Câmara Municipal, mas a Câmara tenta gerir da melhor forma as situações com que se depara e tentando levar a bom porto tudo o que são obras financiadas para que não se perca um cêntimo do financiamento e para que as obras se possam concluir.-----

Acrescentou ainda não concordar com a afirmação do Deputado quando diz que em Vale de Cambra não há casos sociais; infelizmente estes existem, existem famílias que passam mal, que têm dificuldades, que têm problemas de estruturação da própria família, existem famílias disfuncionais, existem famílias que precisam de apoio e cuidado, precisam de muito carinho, por parte das IPSS's que dão esse apoio, mas também por parte da Câmara Municipal, que



2021.02.24

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muitas vezes no silêncio do apoio está lá e dá essa colaboração a todos aqueles que necessitam.-----

Ontem teve início o processo de distribuição de 120 portáteis porque as crianças estão em casa e para poderem ter aulas e poderem aceder à internet e muitas delas, principalmente as que pertencem ao escalão A e ao escalão B, estão a ser apoiadas com equipamentos informáticos e com o sistema de internet, para poderem aceder às suas aulas, e é mais um apoio dado às famílias que tanto necessitam. Esta cedência é realizada a título de empréstimo, importando principalmente que as crianças não percam as suas aulas.-----

Para responder ao Senhor Presidente da Junta de Macieira de Cambra, em relação à estrada de Porto Novo, acredita que tenha já um buraco pois choveu torrencialmente; a estrada está na garantia e será reparada pelo empreiteiro; o mesmo acontece na Avenida Dr. António Fonseca, quanto ao assentamento das travessias que se fizeram para dotar aquela avenida de todas as infraestruturas necessárias e serão poucas as ruas em Vale de Cambra que terão toda aquela quantidade de infraestruturas; saneamento e água, está a ser desenvolvido um novo projeto, irá ser lançada brevemente uma empreitada para variados locais; uma parte de Lourosa, ou Cimo de Aldeia será contemplado, a Rua da Ponte também será contemplada entre outras intervenções, em S. Pedro de Castelões, em Cepelos e outros locais. Dará nota dessas intervenções brevemente.-----

O Senhor Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida, solicitou a palavra, ao abrigo do artigo 33, para defesa da honra, com intervenção que se passa a citar:-----

“O Senhor Presidente da Câmara disse a maior inverdade, porque eu tenho a casa onde sempre tive e o muro que lá tem já existia em 1950, entretanto os apoiantes do Senhor Presidente da Câmara são exceções, os seus correligionários, mais abaixo, têm as casas em cima da estrada e o Senhor

2021.02.24

Presidente da Câmara esquece-se e é ingrato e desrespeita a minha família, porque a minha família já deu por 3 vezes na Rua da Cerqueda, na Rua do Monte e na Rua de Santiago, mais do que os correligionários deram e, andou a alcatroar a rua e permitiu a reconstrução em cima da rua. Senhor Presidente da Câmara, se quer transformar isto em casos pessoais convide-me para discuti-los, não confunda o Concelho com o António Augusto. O António Augusto é um habitante de Vale de Cambra e o Senhor disse inverdades. Veja o que está a dizer porque isso não é coisa que se faça, principalmente de um Presidente da Câmara que quer ser respeitado. O Senhor tenha cuidado e quem quiser esclarecer comigo vem aqui e eu mostro todos os casos que o Senhor fez, mesmo os de apropriação indevida de baldios que o Senhor permitiu. E, quero recordar-lhe o seguinte, a última pessoa que visitou a minha casa e com quem tive alguma conversa foi com o Senhor Presidente da Junta e que lhe demonstrei que o que estava aqui construído não era suficiente para lhe dar o espaço que ele pretendia, eu ficava sem espaço para entrar em minha casa. Agora, o Senhor Presidente vem por aí acima, e os seus correligionários apropriam-se e fizeram as casas em cima da estrada e, todos aqueles que cederam espaços, estão a ser usados indevidamente para estacionamento de alguns. Isso não é justo nem é moral o que o Senhor está a fazer. O Senhor devia ter mais respeito e consideração pelas pessoas que o respeitam. Assim, o Senhor não vai a lado nenhum, perde o respeito. Quero que fique tudo escrito em ata.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, questionou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia responder ao abrigo do artigo 33, mas este afirmou não querer.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, solicitou a palavra também ao abrigo do artigo 33, para defesa da honra. Dirigiu-se aos Valecambrenses que se encontravam a assistir à sessão, afirmando ser



2021.02.24

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lamentável o que o Senhor Presidente da Câmara fez, com a sua intervenção, falando num caso pessoal, acerca de um terreno. Sentiu-se revoltado com a situação, poderia também falar de um caso ocorrido na Freguesia em 1994 e seria deselegante como o Presidente foi para o seu conterrâneo António Augusto e Deputado Municipal.-----

Acrescentou ainda estar na Assembleia Municipal desde 2009, nunca ter faltado a nenhuma sessão e, desde essa data fez requerimentos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para pedir ao Senhor Presidente da Câmara; a maioria dos requerimentos que fez, porque os Deputados Municipais fiscalizam a ação, a gestão da Câmara, e os estatutos dos eleitos locais obrigam a isso; podem colocar as questões pertinentes que entenderem, pedir os requerimentos que entenderem; fez uma série de questões nesta sessão ao Senhor Presidente da Câmara e ele esqueceu-se de três. Falou das obras, dos empreiteiros. Os prazos das obras estão a derrapar, estão a custar ao erário público, só num caso, 500 ou 600 mil euros, com os atrasos e quando disse que os técnicos da Câmara “assobiam para o lado” é verdade porque não veem ou não querem ver. Fez a questão sobre a derrama de 2018, esqueceu-se de responder; perguntou como estava o processo do Turismo do Porto e Norte de Portugal, esqueceu-se de responder; das questões sociais, o Senhor Presidente da Câmara tem a mania de colocar palavras na sua boca, palavras que não disse, não disse que não havia casos sociais em Vale de Cambra, há casos sociais, os recorrentes; em 2009, em 2020 e em 2013, não há mais casos sociais por causa da pandemia e o Senhor Presidente da Câmara tenta incutir no espírito das pessoas que disse que não havia casos sociais.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, afirmou não ser muito dado a tomar nota daquilo que os Senhores Deputados dizem mas, curiosamente em relação à intervenção do

2021.02.24

Senhor Deputado, Albano Braga, referiu concretamente não haver casos sociais em Vale de Cambra, por acaso escreveu essa nota; e foi nesse contexto, da afirmação do Senhor Deputado que rebateu que infelizmente existem casos sociais em Vale de Cambra; existem alguns, diria mesmo bastantes e, ultimamente tem crescido o número de casos e, a Câmara tem tido a preocupação de os acompanhar e de os acarinhar.-----

Em relação ao processo do Turismo do Porto e Norte, não há, neste momento, nenhum desenvolvimento; o processo foi separado em duas partes: núcleo central que estará a ter desenvolvimento e o outro grupo que, segundo informação que tem, está tudo na mesma; não tem qualquer novidade a dar nesta matéria e obviamente, como fez no início, dirá se houver novidades sobre a matéria.-----

O Senhor Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias, tomou da palavra em defesa da honra para responder ao Deputado Albano Braga, dizendo que este tem por norma utilizado frases feitas para defender-se de alguma coisa que acaba por dizer mas talvez não se recorde. O Albano Braga disse que não sabia o que era o 25 de Abril, nem o 24 de Abril; pretende dizer-lhe que o 24 de Abril conhece bem e conhece também muito bem o 25 de Abril; não lhe coartou liberdade nenhuma, apenas fez uma pergunta em função de uma insinuação que tinha sido feita na Assembleia; disse ainda que este era livre de fazer as perguntas que quisesse mas, como fez a pergunta no espaço público que é a Assembleia Municipal, deveria responder também na Assembleia Municipal, uma vez que não acreditou na resposta que lhe foi dada. Em relação aos casos sociais pretende dizer que depois que apareceu o Covid em Portugal apareceram muitos mais casos sociais no Concelho e, se tiver dúvidas, ofereça-se para os corpos sociais de uma qualquer instituição, uma IPSS e irá perceber onde estão os casos sociais e como são.-----

O Senhor Vereador, António Alberto Almeida de Matos Gomes, tomou da



2021.02.24

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

palavra para esclarecer as questões relativas à derrama; cumprimentou os presentes e informou que foi recebida a derrama de 2018 e 2019, as contas já foram apresentadas e aprovadas; brevemente serão apresentados os valores de 2020. A Câmara Municipal só definiu o valor da taxa que é aplicada, a quem compete a aplicação é à Autoridade Tributária, que posteriormente transfere a cobrança para a Câmara.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, questionou qual o valor recebido em 2018 e 2019.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu por terminado o período antes da ordem do dia.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

Recordou que na sessão anterior, a 3 de dezembro, não foi possível agendar o voto de pesar apresentado pelo Senhor Deputado Albano Braga, dado tratar-se de uma sessão extraordinária; por lapso esse voto também não foi agendado para a atual sessão, no entanto, no início da sessão deu entrada na Mesa um outro pedido de voto de pesar subscrito pelos Senhores Deputados Municipais Albino Almeida e Ana Maria da Silva; Assim, ao abrigo das disposições legais propôs ao plenário que reconhecendo a urgência da deliberação, delibere incluí-las no ponto da Ordem do Dia, como seu ponto prévio. Passou então a ler os Votos apresentados.-----

Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Professor Albano Tavares de Carvalho proposto pelo Senhor Deputado Municipal, Albano Braga: -----

“O professor Albano Tavares de Carvalho, foi docente na Secção da EICOA – Escola Industrial e Comercial de Vale de Cambra, nas antigas instalações do Externado Cambrense.-----

Mais tarde, foi docente na Escola Secundária de Vale de Cambra.-----

Exerceu funções autarcas como vereador da Câmara Municipal de Vale de

Cambra.-----

Dedicou-se às causas sociais e eclesiásticas.-----

Dedicou-se e empenhou-se no desenvolvimento da comunidade cambrense.-----

Foi bom chefe de família e grande humanista.”-----

Voto de pesar apresentado pelos Deputados Municipais Albino Luís Soares de Almeida e Ana Maria da Silva:-----

“Voto de pesar pelo falecimento de Ilda de Pinho Soares de Almeida, irmã do nosso colega deputado e líder de bancada desta Assembleia, Sr. António Augusto de Pinho Soares de Almeida, propomos um voto de pesar de condolências.”-----

Colocou de seguida o agendamento dos votos de pesar a aprovação do plenário. Que foi aprovado por unanimidade, reconhecendo o carácter de urgência da deliberação.-----

Questionou aos proponentes se teriam algo a acrescentar, o que não se verificou. Assim, e nos termos habituais, questionou os líderes de bancada e o Senhor Deputado Independente se se poderia aprovar os votos por unanimidade; sendo as respostas afirmativas, informou que se fará chegar às famílias os respetivos votos de condolências da Assembleia Municipal e o registo da saudade que deixam estes amigos e ex-companheiros no percurso mundano.-----

1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, apresentou o ponto e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar qualquer informação que considere pertinente.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, afirmou somente querer esclarecer que a informação da



2021.02.24

ATA N.º 1/2021/Art

FL N.º 229

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Atividade Municipal procura ser tão exaustiva quanto possível, no fundo, para informar as pessoas com clareza o que a Câmara Municipal faz.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, começou por dizer que a informação tem vindo a melhorar, retificaram o lapso de numeração das folhas.-----

Na página 4, refere, na Atividade de Natal Solidário, a atribuição de 86 cabazes de Natal a famílias carenciadas e 115 cabazes a membros das Comissões de Idosos e voluntários; nada tem a opor à atribuição dos 86 cabazes a famílias carenciadas, porque nos anos anteriores era costume fazer-se o almoço de Natal, tendo participado em alguns; já em relação aos cabazes aos membros das Comissões de Idosos e voluntários está totalmente contra, também é voluntário e é necessário valorizar o trabalho de todos os voluntários das instituições do Concelho; entende que possa haver um reconhecimento público da ação dos voluntários, mas atribuir cabazes aos voluntários e membros das Comissões de Idosos, não; se estivesse nessa posição recusaria porque as pessoas que fazem voluntariado fazem-no porque querem dar algo de si à comunidade e não para receber algo em troca; cheirou a propaganda.-----

Na página 18, refere o número de inscritos no Centro de Marcha e Corrida do município, 58 inscritos, lembrou que há 3 ou 4 anos eram cerca de 300 inscritos; pediu a atenção da Senhora Vereadora do Desporto e da Cultura, será necessário fazer algo para mudar este estado do centro, porque o Centro de Marcha deveria ter 500 ou 600 inscritos.-----

Relativamente à página 19, refere a Ginástica sénior e pretende dar os parabéns à Senhora Vereadora do Desporto por disponibilizar esta atividade para as pessoas com mais idade, tem 30 participantes mas espera que os números aumentem.-----

Na página 27 referente aos projetos da especialidade da DSUOM, diz que os

2021.02.24

técnicos fazem a coordenação de projetos executados externamente; na sua anterior intervenção já referiu que alguns técnicos andam a “assobiar para o lado”, nada acrescentando.-----

Nas páginas 24 e 25 o Senhor Presidente refere o Plano de Desenvolvimento Estratégico de Marketing e Turismo que foi uma aposta que fez há 1 ano, seria importante para Vale de Cambra se fosse colocado em marcha; o que se vê é que os projetos que estão em curso, como as obras já referidas, estão parados, fechados, com os prazos a derrapar e os custos a aumentar. O Centro Interpretativo que até defendeu a aquisição do imóvel ao Estado, será uma âncora na Serra da Freita e é inconcebível que esteja fechado; a culpa não é sua nem dos Valecambrenses contribuintes, é culpa da gestão e da ação do Executivo e eventualmente também de alguns técnicos da Autarquia.-----

Na página 31 refere a resolução do contrato do Centro Interpretativo; que se faça uma reflexão de porque é que isto acontece. Se calhar a culpa não é dos empreiteiros, será mais de quem gere.-----

Nas páginas 35 e 36 refere a atividade ligada aos animais errantes, louvou o trabalho que está a ser feito na responsabilidade do Senhor Vereador José Alexandre Pinho; viu que houve algo diferente ao que acontecia anteriormente, pediu ainda que se acarinhasse o trabalho realizado pelas associações que se dedicam às colónias de gatos e cães errantes; estas associações também fazem trabalho de voluntariado importante, porque um povo que não saiba defender os seus animais não é povo; em conclusão solicitou a atribuição de uma verba às Associações que se dedicam às causas animais, como é feito às outras associações do Concelho.-----

Nos processos judiciais viu as chamadas contingências, a Câmara perde processos e tem sempre custos.-----

Na página 52, a informação sobre compra e venda de imóveis, já tem dito ao



2021.02.24

ATA Nº 1/2022/AM

FL. Nº 130

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente e ao Gabinete Jurídico, deve ter sempre a identificação, as parcelas, os artigos, a área, a localização e o preço. Apresentou uma dúvida, numa escritura de compra e venda, para a obra de alargamento da via, no lugar de Fuste, trata-se de um prédio urbano com 46m², foi vendido/comprado por 3.500,00€; isto deu 76€/m²; a questão será: 76€ o metro quadrado em Fuste, poderá não estar mal, mas pretende que se compare com terrenos no centro urbano, em que a Câmara, num passado recente, “comprava ou roubava” os terrenos, através de processos administrativos, expropriações, pagava a 5 e a 7€, saltou-lhe à vista pagar 76€/m²; não estará a dizer ser injusto, terá de passar por lá para ver. Referiu ainda estar confuso o último ponto deste documento. Mas o importante será o caso de Fuste onde transpareceu uma diferença de tratamento que leva a desconfianças.-----

O Senhor Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida, solicitou ao Senhor Presidente que no Voto de Pesar da sua irmã conste o nome completo: Ilda de Pinho Soares de Almeida, agradeceu o apoio.----

Encontrou na página 3 a palavra videoconferência, na página 6 videoconferência, na página 9 zoom, na página 16 streaming; Senhor Presidente da Assembleia Municipal, confirmou-se tudo o que lhe tinha vindo a dizer sobre o confinamento político a que foi submetido; a verdade é como o azeite, vem sempre à superfície.

Na página 9, o projeto Vamos Salvar Portugal, o objetivo era interromper de forma célere, a cadeia de transmissão do Covid-19; a informação que o Senhor Presidente forneceu é de 01 novembro a 31 janeiro, questionou como será que o Senhor Presidente da Câmara deu corpo a este projeto de Salvar Portugal e o Concelho de Vale de Cambra, e ao mesmo tempo intensifica: a) eventos presenciais de Natal; b) visitas de grupo de estudo; com esta rúbrica consegue preencher três páginas, 43, 44 e 45. O resultado destas coisas que se fazem está no gráfico: Covid-19, casos confirmados no Município de Vale de Cambra, de

2021.02.24

1/11/2020 a 31/01/2021, onde se pode constatar o pico de casos Covid no Concelho de Vale de Cambra, precisamente no mesmo período; com este comportamento como vai o Senhor Presidente salvar Vale de Cambra, já nem se refere a Portugal; será necessário evitar estas situações; ter estas atitudes é criar situações críticas de saúde pública.-----

Na página 31, empreitadas, o Centro Interpretativo da Serra da Freita, por despacho do 03 do corrente mês de fevereiro, foi determinada a resolução do contrato com a empresa Emprbuilding, Lda., nos termos e fundamentos da informação técnica de 02 do mesmo mês; no seguimento, apresentará uma série de perguntas que pretende obter resposta, entregará as mesmas ao Secretariado:

“Quais foram os termos e os fundamentos para a tomada de decisão da resolução do contrato?-----

Senhor Presidente, a construção do posto de transformação e a sua ligação à rede constam do caderno de encargos e do projeto objeto de concurso? Estou a perguntar se consta.-----

Se disse que constam:-----

Foi licenciada pela EDP?-----

Ao Senhor Presidente da Assembleia solicitou que faça chegar cópias do projeto do posto de transformação PT e do licenciamento a que o mesmo está obrigado por parte da EDP.-----

Como é uma obra tão reduzida, de dimensão tão reduzida, tem mais de 400 dias de atraso na execução; Isto dá que pensar; Não deveríamos estar a gerir assim, devíamos otimizar, aprendendo com estes e outros casos que já vêm de trás.-----

Casa da Broa de Paraduça – Empreiteiro Sá Machado, Lda., a obra foi consignada em 09/08/2019. O plano de segurança e saúde lembro, estava atrasado e informou o Senhor Presidente da Câmara que este plano era da sua responsabilidade, da responsabilidade da Câmara. Plano de saúde 14/08/2019;



2021.02.24

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

início da obra; o prazo era de 180 mais 45 dias de prorrogação, num total de 225 dias; devia estar concluída; a obra continua em execução? Porquê? Com que base legal?-----

Parque de Auto-caravanas-----

A empreitada já está concluída?-----

A obra foi consignada em 23.10.2020, com um prazo de execução de 60 dias; deveria estar concluída em 23.12.2020 e não estava.-----

Pavimentação da estrada Porto Novo – Cancelo-----

A obra está concluída? Em que data foi concluída?-----

Em futuras informações agradecemos ao Senhor Presidente da Câmara que registe esse pormenor na informação escrita que fornece.-----

A presença dos dirigentes dos serviços nestas nossas reuniões ajudava-nos, porque se o Senhor Presidente da Câmara não souber responder agora, os dirigentes dos serviços sabiam responder.-----

A obra teve início no dia 18.05.2020 e tinha um prazo de 60 dias, devia estar pronta em 18.07.2020.-----

O não cumprimento de prazos, isto é para todos, não só para esta obra, implica coimas que, ao não serem aplicadas, prejudicam o erário público.-----

Acrescentou, quando não paga a água a horas, na Câmara, aplicam uma taxa de juro; quando não paga o IUC dos carros a tempo, aplicam uma taxa; quando não paga tudo o que é de prazos, aplicam uma taxa. E nós, estamos a aplicar as taxas ou não?-----

São estas as respostas que pretende do Senhor Presidente.”-----

O Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida, informou que, antes da intervenção relativa ao ponto, pretendia deixar bem claro que o objetivo da sua última intervenção, não foi dizer que Vale de Cambra vivia num oásis, pelo contrário, falou de evolução que tem havido nos últimos anos em termos de crescimento e de desenvolvimento do Concelho e a existência também

2021.02.24

de indicadores que demonstram que esse desenvolvimento foi transversal a todas as classes sociais do Concelho mas, continuam a existir, como em qualquer sociedade, classes e pessoas e famílias e empresas que ficam marginalizadas, ainda mais quando se vive num período de instabilidade como o que vivemos desde março do ano passado.-----

Uma vez que a Informação Municipal também contém dados e informações sobre a pandemia no Concelho, embora não estivesse a contar, gostaria de também apresentar algum contributo sobre estatísticas que recolheu e tratou relativas ao período desde 01 de janeiro deste ano. Assim, tivemos no Concelho, até ontem, 848 casos, o que significa uma média diária de 15.7 casos para uma mediana de 11 e com um grau de divergência, um desvio padrão de 14,3; acrescentou ainda o processo que estará a acontecer em termos de declínio do número de casos, a média diária do mês de janeiro é de 22,5 casos por dia, a média diária do mês de fevereiro, até ontem, foi de 6,6 casos, ou seja, o mês de fevereiro em média diária, já se encontra a menos de $\frac{1}{3}$ daquilo que tinha sido a média diária do mês de janeiro. Fez ainda cálculos com médias móveis, a 7, 10 e 14 dias, e verificou que as médias móveis dos períodos mais curtos, como seja, uma semana, têm médias inferiores que as dos períodos mais longos, o que também significa que as médias dos períodos mais curtos são já inferiores aquelas dos períodos que estão para trás. A média móvel a 14 dias que é o período de referência para o cálculo cumulativo dos casos por 100 mil habitantes, foi, até ontem, de 4 casos; se se extrapolar isto para os 14 dias, dá um acumulado, nestes 14 dias, de 263 casos; transpondo isto para os 100 mil habitantes, dará um número próximo de 260 pessoas por cada 100 mil habitantes. Obviamente que este número se baseia nas informações que diariamente vão sendo disponibilizadas pelo Senhor Presidente da Câmara e poderão haver diferenças relativamente aos dados do SINAVE que são os dados utilizados para efeitos da divulgação por parte da DGS.



2021.02.24

ATA N.º 1/2021/AM

FL. N.º 132

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em relação à Informação Municipal e à informação financeira que foi apresentada, pela primeira vez, na história deste Município, pelo menos desde há 40 anos, que o valor dos financiamentos obtidos pela Câmara Municipal, eram, até 4 de fevereiro, eram já inferiores ao valor das disponibilidades, ou seja dos depósitos bancários que a Câmara tem, incluindo as dotações não orçamentais; o valor dos financiamentos obtidos era de 9.8 milhões de euros e o valor das disponibilidades de 9.9 milhões de euros, ou seja, a Câmara tem um endividamento líquido negativo, sem contar as dívidas a fornecedores, que representam um valor de 150 mil euros. Devendo-se isto à gestão criteriosa que a Câmara Municipal tem implementado ao longo do tempo. Reconheceu ainda que isto se deve ao atraso que tem havido e à derrapagem que tem havido em alguns dos investimentos e até em algumas despesas correntes o que tem feito com que esse dinheiro esteja ainda por afetar e pagar.-----

Obviamente que se deseja uma justificação para o atraso nas obras, na crise conjuntural que se vive no sector da construção em termos de capacidade de resposta à procura que existe no mercado; mas também nas obras públicas, não se pode esquecer, o enquadramento legal que existe e que obriga que as obras públicas sejam sujeitas, na maior parte dos casos, a concursos públicos, em que não há uma capacidade das entidades públicas fazerem uma negociação direta com os fornecedores como acontece com todas as outras atividades, em todas as atividades privadas, pelo menos a partir de determinados valores, faz com que, muitas vezes, se tenha que adjudicar obras a entidades que poderão depois não ter a capacidade de resposta. Isto será evidente e reconhecido-----

Na sua opinião, aquelas pessoas que muitas vezes na Assembleia e fora dela contestam e criticam as derrapagens das obras, não poderão ser aquelas que muitas vezes são os arautos na defesa da transparência com os concursos públicos e estão sempre na primeira linha da crítica aos ajustes diretos.-----

2021.02.24

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, começou por dizer, na intervenção do Senhor Deputado Albano Braga, efetivamente na ação social, quando se falou nos cabazes às famílias carenciadas, falamos de 86 cabazes a famílias que reúnam os requisitos necessários para usufruírem deste cabaz, avaliação feita como é usual e habitual pela equipa da DASDEC, em quem tenho total confiança e reconhecimento total isenção naquilo que é a atribuição destes cabazes.-----

Os 115 membros das Comissões de Idosos e voluntários que receberam, receberam uma lembrança, uma coisa simbólica, não um cabaz igual ao das famílias carenciadas. Aqui, será também importante pensar o seguinte, reconhecer a importância destas Comissões de Idosos, do trabalho que desenvolvem, a forma desinteressada e gratuita como fazem isto, bem como todos os voluntários. No fundo, o que se faz é um reconhecimento singelo por aquilo que é o seu desempenho e que é a sua atividade. E, na própria informação, refere, entrega de cabazes de Natal a famílias carenciadas e cabaz de reconhecimento aos idosos das Comissões de Idosos e membros do voluntariado. O cabaz de reconhecimento não significa que seja um cabaz igual aos outros, obviamente que não é e que fique aqui claro tudo isso. Que fique aqui também presente a nossa homenagem a essas pessoas que de forma desinteressada dão o melhor de si para apoiar aqueles que mais necessitam.-----

No que diz respeito aos 58 atletas inscritos no Centro Municipal de Marcha e Corrida, muito se tem falado da importância do crescimento deste Centro, mas também todas as pessoas sabem que temos passado longos períodos confinados e estamos em estado de emergência, em que a movimentação das pessoas está condicionada e, neste momento, seria anormal que o crescimento do Centro Municipal de Marcha e Corrida tivesse acontecido, é normal que os números tivessem decaído, fruto daquilo que é a pandemia e das restrições que as



2021.02.24

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

As pessoas têm à sua circulação e à prática de desporto. Por isso a Câmara Municipal criou alguns programas online, para que as pessoas estando em casa, possam desenvolver atividade física; assim, não compreende a estranheza desta descida de números mas compreende-os por aquilo que são as circunstâncias que se estão a viver.-----

O mesmo se aplica ao Plano de Desenvolvimento Estratégico e de Marketing Turístico de Vale de Cambra; existia um plano de ação, estava previsto fazer ações concretas, ações físicas, ações dirigidas naturalmente aos Turistas, para se chamar pessoas a Vale de Cambra e, obviamente, se as pessoas estão impedidas por Lei de se deslocar, se não podem fazer o que tanto gostavam, passar um fim de semana, poder usufruir da Natureza, usufruir dos espaços turísticos como tanto desejariam, obviamente que o Plano de Desenvolvimento Estratégico e de Marketing Turístico de Vale de Cambra saiu prejudicado fruto da pandemia que nos assolou a todos. Naturalmente, este Plano será retomado assim que as condições normalizarem. Hotéis fechados, restaurantes fechados, uma série de estruturas fechadas, não seria normal estar a gastar dinheiro com iniciativas que seriam claramente prejudicadas pela sua absoluta ineficácia.-----

Em relação ao Centro Interpretativo da Serra da Freita e à resolução do contrato nos termos e com os fundamentos, poderá, caso os Deputados Municipais assim concordem, posteriormente responder a estas questões de uma forma mais estruturada e fundamentada.-----

Relativamente à aquisição no lugar de Fuste, questão colocada pelo Deputado Albano Braga, esta aquisição traduziu-se na compra por 3.500,00€ de uma casa que condicionava a circulação em duas ruas mas principalmente numa onde um carro ligeiro não passava; o objetivo desta aquisição foi resolver um problema com centenas de anos e com essa demolição criar condições de acessibilidade para muito mais pessoas que têm casas e que precisam de aceder a elas por esta

2021.02.24

rua e estavam impedidas; inclusive não dava para passar uma ambulância e com a demolição essa situação será possível. Este investimento de 3.500,00€ significa criar condições de acessibilidade para muitas famílias, para muitos moradores; será um custo baixo para os benefícios diretos que as pessoas irão usufruir.-----

Em relação à questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal, António Augusto Almeida, sobre o projeto Vamos Salvar Portugal, esclareceu que já referiu no início, o agradecimento que o Senhor Coordenador da ARS Norte fez hoje a Vale de Cambra, e o agradecimento que fez aos colaboradores da Câmara que participaram nesta missão; este desafio foi lançado pessoalmente pelo Senhor Secretário de Estado, Eduardo Pinheiro, que solicitou a colaboração da Câmara Municipal na ajuda à ARS Norte e também ao ACES, numa situação que estava a ser verdadeiramente dramática, que era o número exponencial de casos de Covid e dos contactos com os casos de Covid e que muitas vezes um caso poderia multiplicar-se por 20 ou por 30 e isso implicava fazer os rastreios epidemiológicos que estavam atrasadíssimos, houve envolvimento das Forças de Segurança, houve um envolvimento do Exército e também da Câmara Municipal de Vale de Cambra e de S. João da Madeira e Oliveira de Azéméis, que ajudaram neste trabalho e que permitiu, ao contrário do que disse o Senhor Deputado António Augusto, permitiu obter resultados, fazer os rastreios e o controle epidemiológico bastante mais cedo; pôr as pessoas mais cedo em confinamento e cortar as cadeias de transmissão da Covid-19; por isso, reiterar que voltaria a fazer o mesmo porque estavam a salvar-se vidas, estava a dar-se um precioso contributo à nossa sociedade e, mais uma vez, um agradecimento às pessoas todas que estiveram envolvidas neste projeto Vamos Salvar Portugal; Vale de Cambra sendo parte integrante de Portugal estávamos também a salvar Vale de Cambra.-----

Quanto às questões colocadas relativas aos termos e fundamentos da resolução do contrato, quanto aos projetos, obviamente não os possui de momento e



2021.02.24

ATA N.º 11.2021.1A11

FL. N.º 134

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao Secretariado para fazer chegar as questões para posterior resposta.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, informou que se fará chegar as questões.-----

O **Senhor Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida**, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara e afirmou que este não teria entendido a sua intervenção, o que disse foi que apesar de haver este projeto, que não condenou, só ficou preocupado e admirado por numa fase em que tentava aprovar o projeto foi a fase em que se desconfinou mais; a Câmara Municipal poderá ter escrito mal a informação ou a mesma não corresponderá à verdade; o que se verificou nos documentos distribuídos foi que houve muitos eventos promovidos pela Câmara, pela época do Natal; como é que numa fase tão crítica, em que o gráfico atingiu o pico máximo, como se salvava Portugal? O Senhor Presidente foi depois, foi atrás do prejuízo.-----

Acrescentou ainda que estaria a cronometrar os tempos de intervenção.-----

O **Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga**, informou não ser contra a atribuição dos cabazes, na informação recebida não faz distinção se são cabazes pequenos ou grandes, na informação os cabazes são iguais. Em relação ao terreno, se a informação estivesse fundamentada não teria levantado a questão. O artigo urbano poderá ser uma casa ou um terreno de construção, na informação isso deveria ser clarificado, informação essa da responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita e verbal do Senhor Presidente.-----

2. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM AS FREGUESIAS DE ARÕES, RÔGE E CEPELOS: (Reunião de 29/12/2020): O Senhor Presidente da

2021.02.24

Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, apresentou o ponto e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, afirmou que o aditamento aos acordos com as Freguesias foi fruto das limitações impostas pela DGS e aquando da pandemia, limitando o número de crianças que podiam circular nos transportes públicos, nomeadamente nos táxis e obrigou ao aumento da frequência de viagens.-----

O **Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga**, começou por afirmar que votaria a favor; pretendeu somente dar uma sugestão: o ponto é suportado por uma informação técnica que não possui data nem está assinada; uma informação deverá conter esses elementos.-----

O **Senhor Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida**, afirmou que a informação técnica não tem assinatura nem data, exatamente a mesma nota do Deputado Albano Braga. Votarão a favor.-----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nélson Fernandes de Almeida**, cumprimentou os presentes e informou que a Junta de Freguesia tem realizado o transporte desde o ano letivo 2019/2020; nessa altura foi adquirida uma viatura totalmente equipada com os meios de segurança para o transporte coletivo de crianças; tendo em conta as normas, já referidas, da DGS relativas aos procedimentos nos transportes, a reorganização de percursos e circuitos leva a um acréscimo. A Junta de Freguesia tem feito um bom trabalho nessa área. Quis deixar um agradecimento à Câmara Municipal pela sensibilidade desta questão.-----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, afirmou que os processos correm no sistema Medidata, poderia haver alguma folha que deveria estar agregada ao processo, com a assinatura do Chefe de Divisão, o que não aconteceu; tentará solucionar a anomalia que não foi



2021.02.24

ATA Nº 11/2021/AM

FL Nº 135

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de forma alguma premeditada, o documento foi submetido à Reunião de Câmara Municipal e foi agendado e facultado antes da Reunião e terá sempre uma data anterior a essa Reunião. A informação, na sua folha de rosto está assinada pela Dr.^a Paula Ferreira mas fará todo o sentido corrigir esta falha.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, passou à votação do ponto.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 Membros presentes, autorizar a celebração do aditamento aos Contratos Interadministrativos celebrados com as freguesias de Arões, Cepelos e Rôge, nos exatos termos propostos pela Câmara Municipal em sua reunião de 29/12/2020, com efeitos a partir do primeiro de dia de aulas do ano letivo 2020-2021, aditando aos referidos contratos, uma cláusula onde conste que as alterações agora aprovadas, cessam caso se verifique o fim das medidas impostas pela DGS, no que se refere à limitação do número de utilizadores por viatura.-----

3. MAPA FLUXOS DE CAIXA: (Reunião de 26/01/2021); O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, apresentou o ponto e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecimentos adicionais.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, afirmou não haver muito mais a acrescentar e que deverá qualquer esclarecimento ser prestado pelo Vereador do Pelouro. Tratar-se-á da constatação de uma evidência, a incorporação do saldo da gerência no orçamento de 2021.-----

O Senhor Vereador, António Alberto Almeida de Matos Gomes, esclareceu que conforme está explanado na documentação, será a incorporação do Saldo de Gerência no Orçamento; a aprovação será do Mapa de Fluxos, que constará da Prestação de Contas e que, no âmbito da Lei do Orçamento de Estado de 2021,

2021.02.24

permite às Autarquias incorporar o seu Saldo de Gerência no Orçamento de 2021 da Câmara Municipal e como tal, aprovando o Mapa de Fluxos este constará do Mapa de Prestação de Contas que se apresentará na próxima Assembleia.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, declarou não haver pedidos de intervenção passando-se no imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com a **abstenção** dos Deputados Municipais, António Santos Sousa, João Pedro Henriques Silva, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz, Albano de Oliveira Braga, António Augusto Pinho Soares de Almeida, Albino Luís Soares de Almeida e Ana Maria da Silva, aprovar o mapa Fluxos de Caixa 2020, conforme a deliberação de 26 de janeiro de 2021, para efeitos do disposto no artigo 130.º na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (LOE para 2021). -----

Ausentou-se da sessão, durante este ponto, o Sr. António Augusto de Pinho Soares de Almeida. -----

4. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA - ANO 2020 – Deliberação da Câmara Municipal de 26 de janeiro de 2021: **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, apresentou o ponto, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que cedeu a palavra ao Vereador do Pelouro para os respetivos esclarecimentos.-----

O Senhor Vereador, António Alberto Almeida de Matos Gomes, esclareceu que o que se pretende será colocar o saldo disponível nas diferentes rúbricas no Orçamento da Câmara Municipal para 2021; conforme a documentação o saldo foi incorporado e a sua distribuição será feita de acordo com as perspetivas de investimento, quer com as despesa que se prevê executar durante 2021.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, começou por afirmar que respeita a posição do Executivo da Câmara e que



2021.02.24

ATA Nº 11/2021 I.A.M.

FL Nº 136

(Handwritten signature)

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

analisou a documentação rúbrica a rúbrica, trata-se de um exercício que faria de modo diferente mas cada um terá as suas sensibilidades. Irá votar contra porque verificou existirem verbas acrescentadas e redistribuídas com as quais não concorda; possivelmente pegaria em toda a verba e investiria em infraestruturas na parte alta do Concelho, na rede de distribuição de água e saneamento. Verificou uma rúbrica de “Prémios, Condecorações e Ofertas” que tinha uma dotação de 10 mil euros e será aumentada mais 60 mil euros, fazendo um total de 70 mil €. Na sua opinião, esta verba poderia ser então para cabazes para as famílias carenciadas. Considerou um escândalo esse aumento. Acrescentou que respeita a opção do Executivo.-----

O Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida, referiu que esta alteração orçamental irá privilegiar o investimento e que tenha alocado a despesas de capital, ou seja investimento, mais de 75% do total do valor.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, afirmou que a intervenção do Dr. José Soares sintetizou a informação de forma clara, sem especulação, aquilo que é o objetivo e o que as pessoas pretendem, investimento de proximidade e resolução de problemas dos Municípios, reforçar o investimento em água e saneamento, reforçar a requalificação das vias, no fundo, continuar com disponibilidade financeira para poder cofinanciar obras que surjam e, se houver um Plano de Recuperação e Resiliência, se houver reprogramação do Portugal 20/20, haver liquidez para acompanhar esses investimentos.-----

Acrescentou ainda que a vertente social tem um peso considerável no Orçamento Municipal porque se continuam a preocupar com as pessoas e, a suposta verba referida pelo Deputado Albano Braga, será uma falsa questão, pois muitas vezes reforçam-se algumas rúbricas que eventualmente nem se pode gastar. Esta

revisão é realizada para privilegiar o investimento no Concelho e reforçar aquilo que é mais prioritário em termos de apoio à sociedade Valecambrense.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, agradeceu ao Senhor Presidente e passou à votação.-----

A Assembleia Municipal, com o voto contra do Deputado Municipal, Albano de Oliveira Braga e a abstenção dos Deputados Municipais, António Santos Sousa, João Pedro Henriques Silva, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz, Albino Luís Soares de Almeida e Ana Maria da Silva, deliberou, por maioria de vinte e um membros, aprovar a alteração Orçamental modificativa, nos exatos termos da proposta da Câmara Municipal 26 de janeiro de 2021.-----

Reentrou na sessão, o Sr. António Augusto de Pinho Soares de Almeida.-----

5. PROPOSTA DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA À SUPERFÍCIE: (Reunião de 02/02/2021); **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, apresentou o ponto e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que passou a palavra ao Vereador do Pelouro para os esclarecimentos.-----

O Senhor Vereador, José Alexandre Pinho, cumprimentou os presentes e esclareceu que a taxação do estacionamento à superfície se deve principalmente a criar a rotatividade dos lugares, para os lugares estarem disponíveis para as pessoas acederem às casas de comércio, às suas residências e daí haver uma limitação na duração desse estacionamento de duas horas e também a respetiva taxa. Nesta fase, infelizmente, estão a maioria das casas de comércio encerradas e, por outro lado, as pessoas passam mais tempo em suas casas, algumas confinadas, em isolamento, com maior dificuldade em mover a sua viatura; em situações de teletrabalho, em que a viatura ficará mais tempo junto à residência, daí esta isenção que visa precisamente que as pessoas não tenham essa



2021.02.24

ATA N.º 1/2021/AM

FL. N.º 137

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

preocupação e que haja também um apoio da Câmara para esse fim. Chegados ao mês de abril, assim se espera, já estar numa fase de desconfinamento e haverão outro tipo de medidas para promover a libertação de lugares à superfície; nessa altura, assim se espera, as casas de comércio estarão abertas e, em função desse desconfinamento apresentará nova proposta à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.-----

O **Senhor Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias**, felicitou a Câmara pela medida que considera positiva e que virá minimizar alguns prejuízos das famílias. Acrescentou ainda que poderiam aproveitar para prolongar a não taxação do parque subterrâneo, por muito mais tempo, no sentido de que, quando terminar este período de “perdão fiscal” as pessoas possam utilizar o parque subterrâneo como compensação. Solicitou ainda à Câmara Municipal no sentido de abordar a GNR, porque como agora não têm os estacionamentos para multar, aproveitam outras oportunidades como pode verificar recentemente, as pessoas aproveitam o redondo da rotunda das “4luzes” para ir ao quiosque, para uma compra breve e já assistiu, por duas vezes, a GNR parar ao lado desses carros e multar as pessoas; considera a situação absolutamente ridícula, pelo que a Câmara Municipal poderia alertar neste sentido.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, perguntou se mais alguém pretendia intervir e como não se verificou essa pretensão passou à votação do ponto.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 28 Membros presentes, aprovar a isenção do pagamento da taxa de estacionamento à superfície de duração limitada, prevista no artigo 33.º do “Regulamento para Estacionamento em Parque Subterrâneo e Estacionamento à superfície de duração limitada”, até ao dia 30 de abril, ratificando a deliberação de isenção do referido pagamento, com efeitos ao dia 10 de fevereiro corrente. -----

6. LOCAÇÃO FINANCEIRA DE VEÍCULOS ELÉTRICOS:(Reunião de 09/02/2021); O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, apresentou o ponto e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, afirmou que a Câmara Municipal apresentou há algum tempo, meses, uma candidatura para o financiamento de viaturas elétricas; como será do conhecimento de todos, há neste momento, em Portugal, um empenho na descarbonização e, nessa medida, foi criado um programa de financiamento. A Câmara Municipal apresentou uma candidatura que foi aprovada, à semelhança de outras a nível nacional, porque estamos a falar de um financiamento para cerca de 600 viaturas elétricas para a Administração Pública a nível nacional; portanto, dessas viaturas 4 virão para Vale de Cambra; o apoio será realizado através do pagamento das mensalidades, ou seja, não há transferência do dinheiro; o apoio é concedido através da celebração de um acordo. Mais informou que este contrato durará 48 meses e terá um apoio por cada viatura de 250€ mensais e como se trata de uma despesa plurianual carece da aprovação da Assembleia Municipal.-----

O **Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga**, começou por dizer que se trata de uma medida ambiental e que nada tem a opor. Pretendia um pedido de esclarecimento, na Reunião de Câmara de 09 de fevereiro de 2021, no ponto 7, houve a decisão e existe uma figura – sobre aquisição por procedimento pré contratual das viaturas elétricas; questionou o que é uma aquisição por procedimento pré contratual, se é concurso, ajuste direto se é consulta prévia, e se é aberto a todos os operadores ou a alguma empresa.-----

O **Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida**, começou por solicitar que sem prejuízo do esclarecimento às questões, pareceu-



2021.02.24

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ihe que o que estará em discussão seria não a aquisição das viaturas mas o financiamento das mesmas, ou seja, a forma como vai ser financiada e, pelo facto de estar aqui a ser proposto um contrato de locação financeira, pelo prazo de 4 anos, com compromissos plurianuais, será a Assembleia a votar.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, afirmou que parte da resposta foi já dada pelo Dr. José Soares, de forma clara, como é seu hábito; quanto à forma de aquisição, existe uma entidade, uma central de compras do Estado, que possui os procedimentos de contratação e, no fundo, a Câmara poderá, cumprindo todos os preceitos legais, fazer a aquisição a esta central de compras que entretanto já procedeu a todos os trâmites no sentido de cumprir os princípios da contratação pública.-----

O Senhor Vereador, António Alberto Almeida de Matos Gomes, esclareceu que em termos do leasing que está em causa, este será efetuado através da central de compras à qual a Câmara já aderiu e que já tem os contratos estabelecidos. Serão uma viatura Zoe e três Kangoo.-----

Acrescentou ainda querer fazer um esclarecimento, enquanto Vereador do Pelouro das Finanças, em relação à rúbrica anteriormente referida das "Ofertas e Brindes"; o aumento dessa rúbrica, convém aqui esclarecer, que é dessa rúbrica que saem os EPIS que são oferecidos às instituições e será também desta rúbrica que sairão os cabazes já mencionados.-----

A Assembleia Municipal, com a **abstenção** do Deputado Municipal, Albano de Oliveira Braga **deliberou**, por maioria de 27 Membros, autorizar a operação de financiamento com vista à celebração de contrato de locação financeira, com opção de compra, nos termos a desenvolver e em obrigação ao regime dos Códigos de Contratos Públicos e do regime de locação financeira para aquisição de quatro viaturas elétricas, nas seguintes condições:_____

-Valor da operação/locação até 95.776,32€, acrescido de IVA à taxa legal em

2021.02.24

vigor; _____

- Prazo: 48 meses; -----

- Sem entrada inicial e valor residual de montante igual a 19.756,54, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

Deliberou ainda aprovar a modificação ao QPPO, nos termos dos valores previsionais dos encargos / despesas anuais, conforme quadro I (anexo à ata) e aprovar os compromissos plurianuais resultantes desta operação de locação financeira, ao abrigo da das disposições conjugadas, art.º 24.º, alíneas dd), e ccc) do n.º 1, do art.º 33.º, do RJAL, Decreto-lei n.º 149/95 e posteriores alterações, do n.º 1, do art.º 3.º e art.ºs 5.º, 6.º, 9.º-A, 44.º, 48.º, e n.º 1, 3 e 6, do art.º 49.º, n.º 1 e 2 do art.º 52.º, da Lei 73/2013 e posteriores alterações, e alínea c), do no 1, do art.º 6º, da Lei 8/2012 e posteriores alterações. _____

Ausentou-se da sessão, durante este ponto, o Sr. António Augusto de Pinho Soares de Almeida. _____

7. REGULAMENTO DE APOIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VALE DE CAMBRA: (Reunião de 09/02/2021) **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** apresentou o ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, começou por confirmar que este assunto já teria vindo à Assembleia Municipal onde foram levantadas algumas questões com pertinência e, como tinha esse erro não foi apreciado e, as correções foram agora efetuadas em conformidade com aquilo que foram as sugestões na altura apresentadas. Este Regulamento de apoio aos Bombeiros tem por missão primeira, ser um incentivo ao voluntariado, este Regulamento dirige-se aos Bombeiros Voluntários e trata-se de um incentivo porque os Bombeiros estão sempre na primeira linha, estão sempre disponíveis 24h por dia, para socorrer quem mais necessita e este



2021.02.24

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

incentivo ao voluntariado é também um prémio aos Bombeiros mas um incentivo também para que mais se juntem e possam dar o seu contributo aos Bombeiros e a toda a sociedade Valecambrense e a todos que precisam de socorro.-----

O **Senhor Deputado Municipal, José do Nascimento Peres**, cumprimentou os presentes e iniciou por dizer que provavelmente o assunto terá vindo à Assembleia numa sessão em que não esteve presente. Referiu que o documento faz menção a erros de escrita que foram retificados; alguns foram retificados. No artigo 2º diz, “O Regulamento tem por objeto estipular direitos e regalias”, mas seria mais correto dizer que o regulamento tem por objeto estipular direitos, deveres e incentivos; como no capítulo 2º do mesmo regulamento diz direitos, deveres e incentivos; Isto dá a entender que tem direitos e regalias, seria mais correto colocar direitos, deveres e incentivos.-----

No artigo 3º, no número 2, é exatamente igual ao número 2 do artigo 4º; há repetição do artigo terceiro e do artigo quarto. Repete a mesma coisa com as mesmas palavras.-----

No artigo 4º, alínea d), nº1, diz “ter mais de um ano de serviço nos Bombeiros”, na alínea e), “estar na situação de atividade no quadro ou inatividade em consequência de acidente ocorrido”, “não se encontrar suspenso em resultado de procedimento disciplinar”, esta deveria ser a alínea f).-----

No capítulo 2º, na alínea h) do número 1, “atribuição de apoio ao estudo ao Bombeiro para estudos do Ensino Superior”, na sua opinião a redação não está muito clara, é atribuição de estudo ao Bombeiro, é atribuição ao estudo ou estudo ao Bombeiro; depois refere o valor de “75€ por mês para estudos do Ensino Superior”, deveria ser feita uma correção ao texto pois não está muito claro.-----

No número 4, do artigo 6º, diz “os incentivos previstos” “supõem que o Bombeiro mantenha o seu vínculo efetivo aos Bombeiros Voluntários pelo menos mais dois anos após a cessação do apoio sob pena da devolução total dos valores

2021.02.24

atribuídos”, questionou então, supondo que um Bombeiro teve estes benefícios, por um qualquer azar, um acidente ou até morte ou precisou de sair da corporação, terá que devolver os benefícios que recebeu; ou seja, quando entrou teve direito a esses apoios, alínea b) do número 1, mas, se por um motivo de força maior não esteve no Bombeiros mais dois anos, vai ter de devolver as importâncias.-----

No capítulo 3º, “declaração conjunta, nenhuma ação disciplinar interna, devendo a última ser confirmada pelo Comandante Distrital de Operações de Socorro”; o texto só refere uma declaração, conjunta mas só uma. O que entende é que, quando estiver sujeito a uma ação disciplinar interna, esta deve ser confirmada pelo Comandante Distrital de Operações de Socorro.-----

No número 3, “o Comandante do Corpo de Bombeiros deve comunicar à Câmara Municipal”, devia dizer-se o Comandante do Corpo de Bombeiros deve comunicá-la à Câmara Municipal.-----

Artigo 8º, número 1, tem uma vírgula a separar o sujeito do predicado.-----

No número 3, do artigo 10º, “findo prazo constante do número 1, o benefício concedido deverá ser renovado mediante apresentação”, ou seja, os incentivos são concedidos por 1 ano, o benefício concedido poderá ser renovado ou deverá ser renovado ou será renovado; não garante que seja renovado; deveria ser: deverá ou será renovado.-----

No número 2 do artigo 11º, “não dispensa os interessados de requererem à Câmara Municipal”, erro em requererem. Referiu ainda alguns outros casos de falha de concordância entre sujeito e predicado.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, começou por afirmar que a Associação Humanitária dos Bombeiros não mereciam estes atrasos; o primeiro documento que veio a uma sessão da Assembleia



2021.02.24

ATA N.º 1/2021/AA

FL. N.º 240

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal era muito mau; em relação a esta versão, conforme contributo do Deputado José Peres, contém questões técnicas, jurídicas que não entende mas a acrescentar a isso tem os problemas de português.-----

Mais disse que, a relação entre a Câmara Municipal e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra é uma relação institucional e deverá ser feita entre a Direção da Associação Humanitária e o Executivo da Câmara Municipal e, quando necessário, vir à Assembleia Municipal.-----

Acrescentou ainda que deu alguns contributos ao documento e relativamente ao artigo 4º, no ponto 3, refere “para efeitos de aplicação das presentes normas, o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra enviará à Câmara Municipal”; na sua opinião não deve ser o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, deverá ser a Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros de Vale de Cambra; trata-se de uma relação institucional, tem de ser a Direção; no artigo 7º, ponto 3, surge de novo menção ao Comandante o que não deveria acontecer, na sua opinião, claramente.-----

Afirmou ainda partilhar da opinião do Deputado José Peres em que existem inúmeras alterações a realizar no documento e este deverá voltar à Câmara Municipal para retificar pois, depois de aprovado será um documento público e dará uma má imagem da Câmara, do Executivo, de todos os intervenientes.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, recordou que a Assembleia Municipal não pode, por sua iniciativa, propor ou alterar propostas de regulamentos com eficácia externa providas da Câmara Municipal, portanto, os erros de português notórios, obviamente poderão ser corrigidos mas, quanto à essência do documento caberá à Câmara Municipal a sua elaboração, aprovação e apresentação à Assembleia Municipal. Nós aprovamos ou rejeitamos.-----

O Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida,

2021.02.24

referiu não contestar o mérito deste regulamento, que para si é total e concorda com o apoio que se pretende dar aos Bombeiros Voluntários; relativamente a algumas questões suscitadas pelo Deputado José Peres e, em relação ao artigo 4º, que refere e bem que há uma duplicação da alínea e), poderá ter sido um erro de transcrição do texto; provavelmente na alínea d) haverá um parêntesis a mais.-

Mais acrescentou que no artigo 6º, quando fala dos incentivos, dos descontos, pressupõe que o Bombeiro tenha vínculo efetivo pelo menos dois anos após a concessão dos incentivos; compreende que haverá casos excepcionais em que isso não deva ser aplicado, situações em que a cessação do apoio não dependa unilateralmente do Bombeiro pois isto pode acontecer num caso de morte, de incapacidade para o exercício dessas funções, mas considera que há bondade na existência do artigo, o que se pretende é que haja um pacto de fidelização à Corporação para que a pessoa não aproveitasse o benefício e de seguida abandonasse essas funções; na sua opinião haverá um equilíbrio que será necessário procurar.-----

Relativamente à questão suscitada se deveria ser o Comandante ou a Direção da Associação, admite que seja o Comandante porque de facto é um apoio que é dado aos Bombeiros Voluntários, que fazem parte de um corpo ativo, que pertence à Associação que é liderada por uma Associação ou por órgãos sociais, mas de facto o Comandante é que é o Chefe supremo desse corpo ativo a que o apoio é destinado e que está próximo e que poderá assegurar à Câmara Municipal que existe ali o mérito na obtenção desses benefícios.-----

O Senhor Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida, começou por afirmar que na sua opinião o documento terá um largo peso jurídico; contém várias frases que podem ser interpretadas de várias formas; obviamente está a favor do conteúdo para assegurar esta Associação; terá algumas dúvidas e mostra-se surpreendido por a Câmara possuir um Gabinete Jurídico e o



2021.02.24

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

documento possuir “sentenças duvidosas”; encontra-se na dúvida em relação ao seu voto. Pretendia votar a favor mas considera existirem aspetos que poderão trazer futuramente problemas jurídicos.-----

O Senhor Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias, afirmou que lhe aparece absolutamente claro, que todas as pessoas estão de acordo que o documento deve existir mas também ficou absolutamente claro que todos têm muitas dúvidas sobre a forma como foi redigido; colocou uma questão em que pretendia saber se a não aprovação do Regulamento nesta sessão traria problemas à Corporação de Bombeiros, ou existe articulação entre as partes; se trazer problemas deverá ser aprovado, caso contrário, na sua opinião o documento deverá ser novamente reelaborado; de facto verifica-se a existência de afirmações que contradizem outras, por exemplo no que diz respeito à Direção e ao Comandante, neste caso considera tal como o Deputado Albano Braga, o responsável deverá ser a Direção e não o Comandante, o Comandante é subordinado da Direção. Assim, se for possível, sem prejuízo de ninguém, que o documento baixe de novo à Câmara Municipal para ser refeito, em consciência, parece-lhe a melhor solução.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, referiu que após ter ouvido as intervenções dos outros Deputados sobre a matéria, caberá ao Senhor Presidente da Câmara retirar ou não o ponto da votação, será um incómodo mas na sua opinião, se não retirar o ponto e colocar à votação, votará favoravelmente mas, fará uma declaração de voto a dizer que aprova por ser a Instituição que é mas está em desacordo com o conteúdo técnico jurídico e com a linguagem de português utilizada. A Câmara Municipal tem um Gabinete Jurídico que deveria conseguir fazer este tipo de regulamentos.-

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, recordou que nos termos do artigo 29º do Regimento, as declarações de

2021.02.24

voto que podem ser orais ou escritas têm de ser entregues à Mesa até ao final da sessão. A Mesa tem o dever de fazer cumprir o Regimento.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e aos Membros da Assembleia e referiu que perante o que foi dito durante o debate e também perante a informação que tinha, de que os erros teriam sido corrigidos mas, confirmando-se que se mantêm alguns erros de português, considera que não tanto por questões jurídicas ou legais mas pelo português; referiu ainda concordar com os exemplos apresentados durante o debate.-----

No artigo 6º, tal como referiu o Dr. José Soares trata-se de uma questão de bondade, de tentar que haja permanência na Corporação. Na sua opinião se existe nenhuma questão que adultere o espírito do Regulamento mas, ouvindo atentamente aquilo que foram as várias intervenções, obviamente que poderá haver alguns Bombeiros que possam ser prejudicados por exemplo no apoio ao estudo, no apoio aos filhos, mas, uma vez que os Senhores Deputados afirmaram ser necessária a reavaliação do Regulamento, não se irá opor a que o mesmo seja retirado de discussão, baixará novamente aos serviços para correção, irá novamente à Câmara Municipal para aprovar nos termos das correções que vierem a ser introduzidas e, na próxima sessão da Assembleia Municipal, se assim for possível será apresentado a este órgão para finalmente ser aprovado.---

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, informou que o assunto será retirado.-----

Reentrou na sessão o Senhor Deputado Municipal António Augusto Pinho Soares de Almeida.-----

Uma vez que já passava das 24h, a sessão não pode ser prolongada salvo deliberação expressa maioritária do Plenário. Nesse sentido a **Mesa** colocou à consideração do Plenário a prorrogação dos trabalhos para além das 24h.-----



2021.02.24

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A **Assembleia Municipal**, com um voto **contra** do Deputado Municipal, António Santos Sousa, uma **abstenção** do Deputado Municipal, Albano de Oliveira Braga, e vinte e seis votos a favor, **deliberou** por maioria, aprovar a continuidade dos trabalhos da sessão. _____

Declaração de voto do Deputado Municipal, António Santos Sousa: "Eu voto contra o prolongamento da reunião após as vinte e quatro horas, tal como tenho feito anteriormente, porque, se os tempos de intervenção fossem controlados como devem ser, não haveria necessidade de uma reunião destas ultrapassar a meia noite." _____

Período de intervenção do Público.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, informou que seria o momento de intervenção do público mas que não se verificou qualquer pedido.-----

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, informou que a **Mesa** terá de propor a aprovação da minuta da ata da sessão com base, como sempre, num voto de confiança na sua redação, cujo teor nos termos também habituais é enviado por mail, solicitando o favor de fazer chegar os contributos que considerarem pertinentes. Assim, propôs que fosse deliberado elaborar a minuta da presente sessão.-----

A **Assembleia Municipal** deliberou por 27 votos a favor e uma abstenção aprovar a redação da Minuta.-----

A **Mesa** propõe a aprovação do texto da minuta da ata da sessão com base, como sempre, num voto de confiança na sua redação, cujo teor nos termos também habituais é enviado por mail, solicitando o favor de fazer chegar os contributos que considerarem pertinentes. Assim, propôs que fosse deliberado

